

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC JORGE ANDRÉ MAIA LUZ

OPERAÇÃO LANÇA DE NETUNO:

um estudo de caso à luz da ferramenta 5W1H

Rio de Janeiro

2022

CC JORGE ANDRÉ MAIA LUZ

OPERAÇÃO LANÇA DE NETUNO:

um estudo de caso à luz da ferramenta 5W1H

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (FN) Alexandro de Araujo Baptista

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2022

## AGRADECIMENTOS

A Deus por me proporcionar a vida, saúde e a força necessária para seguir em frente.

Aos meus pais, meus maiores incentivadores, pelo exemplo e educação que me deram.

À minha esposa, que opera o milagre da vida e carrega consigo nossa futura filha, e ao meu querido filho, pelo apoio e carinho a mim dedicados e que foram imprescindíveis para a conclusão deste trabalho.

Ao orientador pelo profissionalismo, apoio e atenção dedicados e aos mestres e instrutores que contribuíram com minha pesquisa como um todo.

Ao Chefe do Departamento de Operações de Esquadrão de Aeronaves que, na manhã do dia dois de maio de 2011 e tendo se referido à Operação Lança de Netuno, reuniu os tripulantes, inteirando-nos de que dois helicópteros e equipes de operações especiais foram capazes de atender aos anseios nacionais norte-americanos. Fato que motivou todos ao profissionalismo e levou-me a realizar esta pesquisa.

Ao Almirante de Esquadra Ernesto de Melo Batista (1907-1973), ministro da marinha de 1964 a 1965, por sua luta pelo renascimento e desenvolvimento da Aviação Naval quanto à posse e o emprego de meios aéreos próprios para operações no mar.

## RESUMO

O propósito da pesquisa é reunir informações para definir “o quê” foi a Operação Lança de Netuno e de que forma se desenvolveu o planejamento e a execução dela, a fim de responder à indagação principal de “como” aconteceu. A operação, considerada, até aqui, o maior exemplo do conceito *targeted killing*, fundamentou-se, destacadamente, no emprego de recursos de inteligência e forças de operações especiais. Prioriza-se, para isso, pesquisa exploratória em busca de dados que permitam entender o planejamento, as implicações suscitadas a Al-Qaeda, bem como compreender, precisamente, a ação que resultou na morte de Osama bin Laden. Destaque-se, aqui, adicionalmente, a busca criteriosa e metódica dos Estados Unidos da América por legitimidade e legalidade para realizá-la. O estudo também pretende responder a outros dois questionamentos que caracterizaram essa operação: “quem” e “onde”, além de esclarecer alguns fatores que motivaram a operação, que incluem a questão de “por quê”. Objetiva-se, assim, revelar elementos e circunstâncias dessa operação. Privilegia-se, para esse intento, o estudo de caso, a pesquisa bibliográfica e a análise documental, além de enfatizar pesquisa exploratória, devidamente orientada pela ferramenta 5W1H. Conclui-se, portanto, que, entre outros, a operação consubstancia-se campanha na qual o emprego da força apoiou-se em estratégia global de contraterrorismo, em oposição direta e contundente ao líder ideológico e fundador da Al-Qaeda. A estratégia, a propósito, assentou-se em cadeia de comando peculiar, subordinou recursos militares à CIA, chefiada pelo presidente dos EUA e organizou-se sob a tutela de uma ação planejada em minúcias. O estudo de caso, no entanto, não pretende encerrar o assunto. Propõe, adicionalmente, pesquisas futuras que esclareçam o “por quê” de toda essa ação, com as devidas contribuições teóricas e práticas que auxiliem, sobremaneira, a compreensão dessa operação emblemática e paradigmática.

**Palavras-chave:** Al-Qaeda. Ação encoberta. Centro de Gravidade. Comissão do 11 de setembro. *Covert Actions*. DEVGRU. Direito Internacional do Conflitos Armados. Estados Unidos da América. Eliminação de Alvos. SEAL. *Targeted Killing*. Insurgência. Terrorismo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Possibilidades da cadeia de comando .....	59
Figura 2 - Atualizações da Operação Lança de Netuno sendo recebida na sala de situação .....	60

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

5W1H	<i>What? Who? Where? When? Why? How?</i>
AH	<i>Attack Helicopter</i>
AK	<i>Avtomat Kalashnikova</i>
ARP	Aeronaves Remotamente Pilotadas
AWACS	<i>Airborne Warning and Control System</i>
C-SAR	<i>Combat Search and Rescue</i>
CEMCFA	Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
CG	Centro de Gravidade
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CVN	<i>Carrier, Volplane, Nuclear</i>
DDG	<i>Destroyer, Guided missile</i>
DEVGRU	<i>Development Group</i>
DICA	Direito Internacional dos Conflitos Armados
DIH	Direito Internacional Humanitário
DNI	Director of National Intelligence
DoD	<i>Department of Defense</i>
E	<i>Special Electronic missions aircraft</i>
EUA	Estados Unidos da América
F/A	<i>Fighter / Attack aircraft</i>
FARP	<i>Forward Area Refueling Point</i>
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
IC	<i>Intelligence Community</i>
IRTPA	<i>Intelligence Reform and Terrorism Prevention Act</i>
ISI	<i>Inter-Services Intelligence</i>
JDAM	<i>Joint Direct-Attack Munitions</i>
JFQ	<i>Joint Force Quarterly</i>
JSOC	<i>Joint Special Operations Command</i>
KC	<i>Fuel Tanker and Cargo aircraft</i>
LA	Linha de Ação
MH	<i>Multi-Mission Helicopter</i>

MQ	<i>Armed Multi-mission and unmanned aircraft system</i>
NCTC	<i>National Counterterrorism Center</i>
NDU	<i>National Defense University</i>
NSC	<i>National Security Council</i>
NSWDG	<i>Naval Special Warfare Development Group</i>
OBL	Osama bin Laden
ODNI	Office of the Director of National Intelligence
OLN	Operação Lança de Netuno
ONU	Organização das Nações Unidas
OPESP	Operações Especiais
PL	<i>Public Law</i>
RQ	<i>Reconnaissance and unmanned aircraft system</i>
SOF	<i>Special Operations Forces</i>
SSE	<i>Sensitive Site Exploitation</i>
SEAL	<i>Sea, Air and Land</i>
TMA	<i>Traditional Military Activity</i>
UAV	<i>Unmanned Aerial Vehicle</i>
EU	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US	<i>United States</i>
USC	<i>United States Code</i>
USS	<i>United States ship</i>
USSOCOM	<i>United States Special Operations Command</i>
V	<i>Versatile aircraft</i>
VSO	<i>Village Stability Operations</i>
VSP	Villages Stability Platforms

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL LEGAL, DOCTRINÁRIO E TEÓRICO</b>	<b>13</b>
2.1	LEIS DOMÉSTICAS DOS EUA	13
2.1.1	Código dos EUA	13
2.1.1.1	Ações encobertas	14
2.1.1.2	Atividade Militar Tradicional	15
2.1.2	Autorização para uso da força militar	15
2.1.3	Recomendações da comissão do 11 de setembro	16
2.2	INTERNACIONALIZAÇÃO DA SEGURANÇA NO CONTRATERRORISMO	17
2.3	DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS	18
2.3.1	Terroristas como combatentes	19
2.3.2	Objetivo militar legítimo	19
2.3.3	A questão subjetiva da proporcionalidade no ataque	20
2.4	CENTRO DE GRAVIDADE	21
2.5	ELIMINAÇÃO DE ALVOS	23
<b>3</b>	<b>HISTORIA DA GUERRA AO TERROR</b>	<b>24</b>
3.1	FORMAÇÃO DA AL-QAEDA	24
3.1.1	Da insurgência no Afeganistão aos grupos extremistas	25
3.1.2	Recrudescimento do terrorismo contra os EUA	26
3.1.3	Guerra ao terror	27
<b>4</b>	<b>OPERAÇÃO LANÇA DE NETUNO</b>	<b>29</b>
4.1	OS OBJETIVOS POLÍTICOS E A BUSCA DA CIA	29
4.2	O PLANEJAMENTO	33
4.2.1	Linhas de Ação	34
4.2.2	Análise e gerenciamento de riscos	36
4.2.3	A decisão	39
4.2.4	Os recursos militares	40
4.3	A AÇÃO	42
4.4	ANÁLISE PÓS-AÇÃO	45



4.4.1	Ações encobertas .....	46
4.4.2	O discurso do Primeiro-Ministro do Paquistão .....	47
4.4.3	Centro de Gravidade .....	48
4.4.4	Internacionalização da segurança .....	49
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>54</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Guerra Afegã-Soviética (1979-1989) propiciou o surgimento de grupos insurgentes e, nesse contexto, a década de 1980 registra a formação da Al-Qaeda<sup>1</sup>. Na década seguinte, uma série de mudanças no cenário geopolítico, especialmente na região da Ásia central, induzem que a Al-Qaeda declare os EUA e o Ocidente como inimigos daquela organização. Em 1998, o aumento de ameaças e de ataques terroristas tornam Osama bin Laden o inimigo número um dos EUA. Em 2001, após os trágicos ataques de 11 de setembro, os EUA declararam Guerra ao Terror (2001-2013).

Os EUA, desde então, se dedicaram a uma busca que duraria quase uma década. Em 2010, finalmente, informações levaram à localização de um alvo que dispunha de características muito similares a Osama bin Laden. Iniciou-se, então, planejamento complexo de uma operação que deveria confirmar a presença do suspeito, empreender providências contra o responsável pelos ataques de 11 de setembro de 2001 e desferir um golpe letal na Al-Qaeda, a fim de desmobilizar sua essência terrorista e evitar a morte de outros inocentes. A operação que matou Osama bin Laden foi o resultado de uma ação minuciosa, complexa, sensível, intensa, encoberta, bem planejada e bem-sucedida, ainda que possa ser questionada sob alguns aspectos. Desde 2011, *Neptune Spear*<sup>2</sup> fomentou debates, pesquisas, documentários, livros, filmes e publicidade. Em 2020, John Owen Brennan<sup>3</sup> (1955- ), que foi assistente do presidente dos EUA para Segurança Interna e Contraterrorismo, entre 2009 e 2013, diretor da CIA de 2013 a 2017, publicou o livro de memórias "*Undaunted: My Fight*

---

<sup>1</sup> Termo em árabe para "a base" ou "o alicerce" (tradução nossa).

<sup>2</sup> Lança de Netuno (tradução nossa).

<sup>3</sup> Em seu livro, Brennan descreveu a carreira na CIA e detalha experiências com presidentes e particularidades sobre decisões de segurança nacional mais cruciais e polarizadoras dos EUA.

*Against America's Enemies, At Home and Abroad*<sup>4</sup> (BRENNAN, 2020), no qual descreveu a carreira na CIA e revelou, em detalhes, especificidades acerca do planejamento da operação que, correlacionada à pesquisa bibliográfica<sup>5</sup> e documental<sup>6</sup> compilada por este estudo, permitem aprofundar compreensão sobre o tema.

O propósito da pesquisa é reunir informações para se definir “o quê” foi a Operação Lança de Netuno e de que forma se desenvolveu o planejamento e a execução da operação, respondendo à indagação de “como”<sup>7</sup> aconteceu. Com o propósito de compreender o caso, porém sem abandonar o objetivo principal, a análise pretende responder a outros dois questionamentos que caracterizaram essa operação; são eles: “quem” e “onde”. O estudo busca, ainda, esclarecer alguns aspectos que viabilizaram a operação, que incluem a questão do “por quê”. Pretende-se, assim, sob a perspectiva do 5W1H<sup>8</sup>, chegar aos elementos circunstanciais e constitutivos dessa operação paradigmática (SLOAN, 2010).

Apresenta-se, assim, as seguintes questões que deverão organizar o desenvolvimento dos capítulos: Qual a origem da Al-Qaeda? Qual a relação dela com Osama bin Laden? O que suscitou a Operação Lança de Netuno? Como essa operação foi planejada? O que levou os EUA a deflagrar uma operação fora do seu território? Quais elementos jurídicos deveriam estar presentes para fundamentá-la? Quem comandou e conduziu a operação? Foi

---

<sup>4</sup> Destemido: Minha luta contra os inimigos dos Estados Unidos da América, em casa e no exterior (tradução nossa).

<sup>5</sup> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros de referência, obras literárias e de divulgação (GIL, 2002)

<sup>6</sup> A pesquisa documental prioriza materiais que, de alguma forma, já foram analisados, mas que não recebem ainda um tratamento analítico (GIL, 2002). Encontram-se as leis, relatos, declarações e outros.

<sup>7</sup> Em geral, o desenho de pesquisa “estudos de caso” representam a estratégia preferida quando se colocam questões correlatas a “como” e “por que”, quando o pesquisador dispõe de pouco controle sobre os eventos e quando a ênfase se concentra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da realidade (YIN, 2001).

<sup>8</sup> Os 5W1H são perguntas cujas respostas são consideradas básicas na coleta de informações. Usadas frequentemente em pesquisas para se chegar à fonte de elementos de circunstâncias (SLOAN, 2010).

uma *Covert Action*<sup>9</sup> ou uma TMA? Osama bin Laden poderia ser considerado um objetivo militar legítimo? A ação significou vantagem militar? Osama era um centro de gravidade da Al- Qaeda? E, por fim, se foi uma ação *targeted killing*<sup>10</sup>.

A fim de alcançar os objetivos propostos, chegar às respostas das questões de pesquisa, e, dessa maneira, explicar variáveis de um fenômeno complexo, o trabalho utiliza a metodologia do estudo de caso<sup>11</sup>. Há, portanto, o emprego de técnicas de pesquisa exploratória<sup>12</sup> que, devido à característica de flexibilidade, possibilita abordar os mais variados e significativos aspectos relativos ao fato estudado. A pesquisa bibliográfica e documental<sup>13</sup>, por sua vez, utilizada como primado exploratório, proporciona obter referencial legal, teórico e doutrinário, além de destacar exemplos e relatos que permitirão proporcionar compreensão do caso (GIL, 2002).

O estudo está dividido em cinco capítulos. O primeiro contempla a introdução, composta por aspectos essenciais sobre o tema, além da relevância e de objetivos.

Descreve-se, no segundo capítulo, por sua vez, acerca dos fundamentos legais, teóricos e doutrinários que caracterizaram o caso. Reitere-se, a propósito, que um caso não é apenas uma unidade de observação. Perfaz-se, antes de tudo, categoria teórica, que, por sê-la, demanda suporte teórico que a sustente. A definição de “o quê” que orienta o “como”, a propósito, será desenvolvida no quarto capítulo.

---

<sup>9</sup> Ação encoberta (tradução nossa).

<sup>10</sup> Eliminação de alvos (tradução nossa).

<sup>11</sup> Desenho de pesquisa mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real (YIN, 2001).

<sup>12</sup> Com base no objetivo, as pesquisas podem ser classificadas em exploratória, descritiva ou explicativa. A pesquisa exploratória pode valer-se de levantamento bibliográfico, relatos de pessoas que tiveram experiências práticas e com análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2002).

<sup>13</sup> Com base nos procedimentos técnicos utilizados, as pesquisas podem ser divididas em dois grandes grupos, aqueles que se valem da fonte de papel, classificadas como pesquisas bibliográfica e documental, utilizadas nesta investigação; e aquelas cujos dados são fornecidos por pessoas, por exemplo pesquisa ex-post facto e de levantamento (GIL, 2002).

A delimitação temporal de um estudo de caso não é óbvia e muitas vezes não se é capaz de definir com clareza a sua extensão (GIL, 2002). Apresenta-se, no terceiro capítulo, um resumo dos principais fatos históricos, a fim de identificar fatores que contribuíram para a ocorrência do fenômeno, e, assim, produzir respostas à questão do “por quê?”.

Destaca-se, no quarto capítulo, os relatos de autores que viveram, pessoalmente, as fases do planejamento e execução da ação. São narrativas oriundas, respectivamente, mas não exclusivamente, de John Owen Brennan e de Mark Owen<sup>14</sup>. Além de propiciar a produção de respostas sobre o “quem?” e o “onde?”, esses depoimentos serão analisados sob os referenciais apresentados no segundo capítulo de modo a ser respondida à questão do “como?”.

Promove-se, no quinto e último capítulo, o encadeamento de fatos aderentes à relevância e ao propósito deste estudo, a fim de constituir as considerações finais.

Reitera-se, por fim, que a principal limitação do presente estudo se refere à prescrição relativa de extensão da narrativa, que, dessa forma, naturalmente, restringe análises pormenorizadas. A questão do “por quê?”, entretanto, que identificaria fatores que determinaram a ocorrência do fenômeno, deverá inspirar e conceber futura pesquisa explicativa<sup>15</sup>. O recorte teórico ensejado na questão do “por quê?”, portanto, será abordado, de maneira limitada, neste trabalho, que apenas elucidará determinados fatores contribuintes, sem relação determinística de causa e efeito.

---

<sup>14</sup> Em “Nota do Autor”, Mark Owen registra o esforço em descrever os acontecimentos exatamente como ocorreram.

<sup>15</sup> Pesquisas exploratórias e descritivas quase sempre constituem etapa prévia indispensável para que se possa obter resultados científicos de uma pesquisa explicativa (GIL, 2002).

## 2 REFERENCIAL LEGAL, DOUTRINÁRIO E TEÓRICO

O propósito do capítulo é apresentar os principais conceitos teóricos, estruturação legal e aspectos doutrinários que estiveram presentes no planejamento e execução da Operação. O referencial, a propósito, sustentará a resposta para o “caso do que” que foi a Lança de Netuno. No intuito de auxiliar análise e abordagem do objeto de estudo da pesquisa, os conteúdos aqui descritos serão correlacionados aos tópicos do quarto capítulo, a fim de propiciar a compreensão sobre “como” aconteceu o planejamento e a execução da operação.

O capítulo será dividido em cinco seções. A primeira, fracionada em três subseções, examinará dispositivos da legislação norte-americana vigente no pós-11 de setembro que fundamentou o planejamento até a deflagração da operação. A segunda, por sua vez, revela a abordagem de Barry Buzan, que apresenta o fenômeno de internacionalização da segurança como fusão da segurança interna e externa. A terceira, também dividida em três subseções, que discorre sobre o campo do direito internacional, abordará aspectos mais relevantes da lei de guerra presentes na referida operação. A quarta seção exibirá considerações sobre o centro de gravidade e, ainda, uma análise do ponto de vista do contraterrorismo. Por fim, a quinta seção abordará a definição de *targeted killing*.

### 2.1 LEIS DOMÉSTICAS DOS EUA

#### 2.1.1 Código dos EUA

O USC<sup>16</sup> é uma compilação permanente da legislação federal geral dos EUA e,

---

<sup>16</sup> O Código dos EUA (tradução nossa) é composto por mais de cinquenta títulos, é mantido e publicado pelo Escritório do Conselho de Revisão de Leis da Câmara dos Representantes dos EUA.

fundamentado nessa base legal, serão desenvolvidas definições de ações encobertas e de TMA. A análise de Major General Joseph B. Berger III<sup>17</sup> sobre a Operação Lança de Netuno, a propósito, contribui decisivamente para a consecução do estudo.

### 2.1.1.1 Ações encobertas

Havia dois Títulos com previsibilidade de *Covert Actions* no USC<sup>18</sup>, em vigor em 2011. O Título 50<sup>19</sup> que abriga ações da CIA<sup>20</sup> e o Título 10<sup>21</sup> das Forças Armadas (BERGER, 2012).

No Título 50, por sua vez, as ações são definidas no capítulo 15<sup>22</sup>, como atividades realizadas pelo governo dos EUA que visam influenciar as condições políticas, econômicas ou militares no exterior, nas quais o papel do governo dos EUA não será aparente ou reconhecido publicamente (EUA, 2006).

Já o Departamento de Defesa (DoD) opera sobre o Título 10, não obstante, a definição do termo é similar, "Uma operação planejada e executada de modo a ocultar a identidade ou permitir uma negação plausível pelo patrocinador."<sup>23</sup> (EUA, 2001)<sup>24</sup>.

A primeira e segunda colunas da figura 1 (Anexo A), por sua vez, apresentam

<sup>17</sup> General Berger é juiz vice-Advogado Geral do Exército dos Estados Unidos. E em 2012 escreveu o artigo para o periódico JFQ 67, publicado pela NDU.

<sup>18</sup> USC em vigor no ano de 2011. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/app/collection/uscode/2011/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

<sup>19</sup> Texto original em inglês: *TITLE 50: WAR AND NATIONAL DEFENSE*. Guerra e Defesa Nacional (tradução nossa).

<sup>20</sup> Agência Central de Inteligência (tradução nossa).

<sup>21</sup> Texto original em inglês: *TITLE 10: ARMED FORCES*.

<sup>22</sup> A definição válida em 2011 estava contida no subcapítulo III - responsabilidade por atividades de inteligência, parágrafo 413b, alínea "f" - "*Chapter 15, Subchapter III accountability for intelligence activities, § 413b(f), Title 50 USC*. E foi transferida em 2013 para: *Chapter 44, § 3093b(f), Title 50 USC*".

<sup>23</sup> Texto original em inglês: "*An operation that is so planned and executed as to conceal the identity of or permit plausible denial by the sponsor.*" *Joint Publication (JP) 1-02 Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*, 2001. Disponível em: <https://dcs9.army.mil/assets/docs/dod-terms.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

<sup>24</sup> Em função do grande crescimento nessa área do Direito, em 2013, o texto foi transferido do capítulo 15 para os capítulos 44 a 47. Como essas mudanças não impactam no fato ocorrido em 2011, a natureza das alterações não é relevante para o objeto e não será alvo deste estudo. Resumo de mudanças disponível em <https://uscode.house.gov/editorialreclassification/t50/index.html>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ilustração resumida do que seriam as cadeias de comando para ações encobertas que aconteçam sob o título 10 e 50 do USC. Já a terceira coluna, exemplifica a *covert action* chefiada pelo presidente dos EUA e que possui, em segundo nível, a direção da CIA<sup>25</sup> e um comando militar subordinado no terceiro nível (BERGER, 2012).

#### 2.1.1.2 Atividade Militar Tradicional

A elaboração de definição formal para a TMA<sup>26</sup> foi extremamente complexa, mas a história legislativa a concebeu sob os seguintes parâmetros: quando uma operação é conduzida por militares, sob direção e controle de um comandante militar dos EUA, se apresentar precedentes ou estiver relacionada a hostilidades em que se prevê o emprego das forças militares dos EUA, ou se essas hostilidades estiverem em andamento, e se o papel dos EUA na operação geral for aparente ou reconhecido publicamente, constituem-se, portanto, elementos de uma TMA (BERGER, 2012).

#### 2.1.2 Autorização para uso da força militar

Nos dias seguintes aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, o presidente dos EUA consultou o Congresso acerca de medidas que deveriam ser deliberadas para enfrentar a situação. Líderes do Senado e da Câmara produziram o texto de uma resolução conjunta do Congresso que autorizava o presidente dos EUA a tomar medidas militares para responder aos responsáveis pelos ataques aos EUA. Em uma tempestiva articulação do governo, a PL 107-40 foi aprovada no Congresso em 14 de setembro. A votação

---

<sup>25</sup> A CIA é uma agência independente, ou seja, um órgão estatutário, especializada em assuntos externos e não subordinada a nenhum departamento do Executivo.

<sup>26</sup> Atividade militar tradicional (tradução nossa).



no Senado, a propósito, expressou o placar de 98 a 0; na Câmara, registrou-se 420 a 1. A lei foi sancionada pelo presidente em 18 de setembro.

Na Lei Pública<sup>27</sup> 107-40, o Congresso autoriza o uso da força militar, ao permitir ao presidente dos EUA usar toda a força necessária e apropriada para prevenir atos futuros de terrorismo internacional contra os EUA. A resolução conjunta relaciona duas seções. A seção 1 da PL apresenta título abreviado: “Autorização para Uso da Força Militar”<sup>28</sup> (tradução nossa) e a Seção 2 prevê que

O Presidente está autorizado a usar toda a força necessária e apropriada contra as nações, organizações ou pessoas que em juízo tenham planejado, autorizado, cometido ou ajudado os ataques terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001, ou dado abrigo a essas organizações ou pessoas, para evitar qualquer ato futuro de terrorismo internacional contra os EUA por parte dessas nações, organizações ou pessoas.<sup>29</sup> (EUA, 2001, tradução nossa).

### 2.1.3 Recomendações da comissão do 11 de setembro

Em reação aos ataques, havia sido criada a comissão do 11 de setembro<sup>30</sup>. Inicialmente, a comissão produziu uma análise da resposta imediata dos EUA no dia dos ataques, deflagrados em 11 de setembro. Elabora-se, então, uma lista com nove falhas operacionais. Enfatiza-se, no documento, notadamente, a falha no acompanhamento da localização de suspeitos nos EUA e o reconhecimento de pedidos de visto e passaportes adulterados. Essas especificidades apontam problemas dentro da IC<sup>31</sup>.

<sup>27</sup> Texto original em inglês: *Public Law* (PL).

<sup>28</sup> Texto original em inglês: “*Authorization for Use of Military Force*”.

<sup>29</sup> Texto original em inglês: “*That the President is authorized to use all necessary and appropriate force against those nations, organizations, or persons he determines planned, authorized, committed, or aided the terrorist attacks that occurred on September 11, 2001, or harbored such organizations or persons, in order to prevent any future acts of international terrorism against the United States by such nations, organizations, or persons.*” Public Law (PL) 107-40 [S. J. RES. 23, 107th Congress], September 18, 2001. Disponível em: <https://www.congress.gov/107/plaws/publ40/PLAW-107publ40.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

<sup>30</sup> Texto original em inglês: “*9-11 Commission*”, também conhecida como *Commission National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States* (sic). Disponível em: <https://www.9-11commission.gov/>. Acesso em: 08 jun. 2022.

<sup>31</sup> A IC, Comunidade de Inteligência (tradução nossa), é um grupo composto por 17 integrantes de inteligência,

A comissão, diante da análise produzida, ficou também incumbida de emitir recomendações destinadas à proteção dos EUA contra futuros ataques. O relatório final<sup>32</sup>, emitido em agosto de 2004, oferece oito recomendações, que foram divididas em dois grupos: um a respeito de “o que fazer”, sob o qual será evidenciada a reforma ocorrida na IC, e outro sobre “como fazer”, representada pela sugestão de adoção de uma estratégia global contraterrorismo.

O texto concluiu que falhas da CIA e do FBI<sup>33</sup> permitiram que ocorressem os ataques terroristas de 11 de setembro. Vota-se e aprova-se, então, o IRTPA<sup>34</sup> de 2004. O IRTPA é composto por oito títulos, e além de implementar diversas exigências na segurança do transporte aéreo e verificações em listas de passageiros, criou e estabeleceu, na IC, órgão central de inteligência norte-americana, em configuração de gabinete, o ODNI<sup>35</sup>.

A Comissão também recomenda estratégia global para combater o terrorismo, que inclua reprimir terroristas e suas organizações, conter o crescimento de grupos terroristas, além de prevenir-se e preparar-se para a possibilidade de futuros ataques (EUA, 2004).

## 2.2 INTERNACIONALIZAÇÃO DA SEGURANÇA NO CONTRATERRORISMO

Buzan, Waeber e Wilde (1998) destacam a importância dos complexos regionais de segurança nos setores militar e político. Essas análises priorizam, notadamente, as incertezas nas relações internacionais e a securitização de ameaças. Os autores fundamentam

---

dentre agências, organizações e departamentos do governo dos Estados Unidos, cuja liderança estatutária é exercida por meio do Gabinete do Diretor de Inteligência Nacional (ODNI).

<sup>32</sup> Disponível em: <https://govinfo.library.unt.edu/911/report/911Report.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2022.

<sup>33</sup> O FBI, Departamento Federal de Investigação (tradução nossa), é o serviço doméstico de inteligência e segurança dos Estados Unidos e opera sob a jurisdição do Departamento de Justiça.

<sup>34</sup> Lei de Reforma da Inteligência e Prevenção do Terrorismo (tradução nossa), aprovado pela PL 108-458.

<sup>35</sup> Escritório do Diretor de Inteligência Nacional (tradução nossa).

reflexões alicerçados em estudo de caso com base empírica na União Europeia. Eles demonstram como a segurança interna, que outrora fora dissociada do conceito de segurança internacional, foi vinculada à segurança externa por necessidade de conectar Estados em temas como terrorismo, drogas, crime organizado, crime transnacional e imigração ilegal.

Observa-se, assim, a sedimentação do conceito de internacionalização da segurança. A entidade política da UE a utilizou para capacitar certas agências de segurança com o objetivo de operar livremente no território europeu (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

O estado da arte acerca das principais funções internas de um governo preconiza como fundamentos a manutenção da paz e da ordem civil, bem como a administração e a lei. Revolucionários, insurgentes e terroristas, por sua vez, estabeleceram-se como os maiores desafios aos Estados e, à proporção que se tornaram internacionais, a resposta desses Estados e a securitização, da mesma forma, se internacionalizaram (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

### 2.3 DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS

A tese de o Estado empregar o conflito armado contra grupos terroristas não é irrefutável, mas desde 11 de setembro de 2001, os EUA classificaram sua luta contra a Al-Qaeda<sup>36</sup> como um conflito armado<sup>37</sup>, uma atitude defendida pelos três poderes do governo dos EUA (BLANK, 2011).

O DICA, ou DIH, ou ainda o *jus in bello*, prioriza mitigar e circunscrever a

---

<sup>36</sup> Al-Qaeda - termo em árabe para “a base” (tradução nossa). O nome genérico para o grupo islâmico sunita de Osama bin Laden, dedicado a expulsar os ocidentais da região do Golfo e estabelecer um califado muçulmano.

<sup>37</sup> Laurie Blank serve como consultora especial do conselho geral do DoD. Blank publicou o artigo *Finding the Paradigm: Investigating Bin Laden's Demise*, cinco dias após a divulgação da Operação Lança de Netuno para a Emory University School of Law. Disponível em: <https://www.jurist.org/commentary/2011/05/laurie-blank-finding-the-paradigm/>. Acesso em: 05 jul. 2022.

brutalidade e a crueldade da guerra e os seus efeitos, com propósitos humanitários (HENDERSON, 2009). O *jus in bello* é o reconhecimento desse fato e, em parte, uma tentativa de reduzir as consequências da guerra sobre civis.

Aborda-se, portanto, nas três próximas subseções a tese que defende o reconhecimento de terroristas como combatentes passíveis de ação militar. Analisa-se, ainda, como será tratada a questão da verificação se o alvo for um objetivo militar legítimo. Reflete-se sobre o exame de proporcionalidade em ataques, a fim de assegurar o respeito e a proteção da população civil diante de objetivos militares, sob a perspectiva ténue se a vantagem militar seria superior a possíveis danos colaterais.

### 2.3.1 Terroristas como combatentes

Nicholas Rostow <sup>38</sup> (1950- ) discorre sobre considerar terroristas como combatentes. A variedade de atividades terroristas potenciais justifica ampla resposta contraterrorista. Nela, os terroristas podem ser alvos legítimos de operações militares e, assim, a afirmação torna-se questão de viabilidade em vez de hipótese.

O conflito dos EUA com Al-Qaeda, por conseguinte, trata-se de conflito armado internacional, regido pelo direito internacional aplicável a tais conflitos, e o governo dos EUA pode desenvolver abordagem intelectualmente coerente e atuar de acordo com as Convenções de Genebra (ROSTOW, 2011).

### 2.3.2 Objetivo militar legítimo

A definição de objetivo militar legítimo compreende dois elementos,

---

<sup>38</sup> Rostow é pesquisador sênior em Direito na *Yale Law School* e Conselheiro Universitário e Vice-Chanceler para Assuntos Jurídicos na *The State University of New York*.

expressamente previstos no artigo 52 do Protocolo Adicional I à Convenção de Genebra, que devem estar presentes simultaneamente<sup>39</sup>. Um diz respeito à natureza, localização, finalidade ou utilização que contribui efetivamente para a ação militar. E o outro questiona se a destruição total ou parcial, captura ou neutralização, diante de circunstâncias conhecidas à época em que se decidiu, ofereceriam vantagem militar definitiva (PINTO, 2022).

Diante dessa evidência, pois, e sob a definição predominante, os combatentes estão, sim, enquadrados como objetivo militar<sup>40</sup> (PINTO, 2022).

Ian Henderson (2009), por sua vez, corrobora a tese e aponta que, integrantes de movimentos de guerrilha, ou de um grupo extremista armado, são combatentes e, dessa forma, são alvos legítimos a qualquer tempo (BLOWER, 2016).

### 2.3.3 A questão subjetiva da proporcionalidade no ataque

Conforme prevê o artigo 57, parágrafo 2º do Protocolo Adicional I à Convenção de Genebra de 1949, aqueles que planejem ou decidam um ataque deverão

“abster-se de decidir efetuar um ataque quando seja previsível que causará incidentalmente mortos ou feridos na população civil, danos a bens de caráter civil, ou ambas as coisas, que seriam excessivos em relação com a vantagem militar concreta e diretamente prevista” (PINTO, 2022).

O princípio da proporcionalidade requer, então, que se compare a vantagem militar e o dano colateral projetado, ainda que seja um objetivo militar<sup>41</sup>. Procura, dessa forma, equalizar o princípio da necessidade militar e o da humanidade.

<sup>39</sup> Parágrafo 2018 do *Commentary of 1987 General protection of civilian objects*. Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/Comment.xsp?action=openDocument&documentId=5F27276CE1BBB79DC12563CD00434969>. Acesso em: 20 jul. 2022.

<sup>40</sup> Ibid, parágrafo 2017.

<sup>41</sup> Vantagem ou ganho que uma parte do conflito antecipa e resultará de um ataque. O termo é usado para definir as noções associadas de “ objetivo militar ” e “ proporcionalidade ”. A vantagem prevista de um ataque deve ser de natureza militar. Disponível em: <https://casebook.icrc.org/glossary/military-advantage>. Acesso em: 21 jul. 2022.

## 2.4 CENTRO DE GRAVIDADE

A análise do CG de grupos insurgentes<sup>42</sup> e terroristas, por se tratar de atores não estatais, possui peculiaridades. O coronel Jonathan Klug<sup>43</sup>, a esse respeito, apresentou em “*Behind the Mosaic*”, pesquisa cronológica apropriada sobre essa observação, que, por sua vez, norteará a seção na avaliação de CG da Al-Qaeda.

Recorre-se, antes de tudo, à origem do CG sob a perspectiva do general Carl von Clausewitz<sup>44</sup> (1790-1831), na qual as partes devem manter as características dominantes de ambos beligerantes em mente e que dessas características se desenvolve um certo CG, o centro de todo poder e movimento, do qual tudo depende (CLAUSEWITZ, 1989). O CG de cada contendor emerge, portanto, de acordo com objetivos políticos em oposição aos do inimigo e variam de acordo com tempo, espaço e propósito (KLUG, 2012).

Dr. Joe Strange<sup>45</sup> é um influente intérprete recente do trabalho de Clausewitz, porém esse autor prioriza abordagem adaptativa<sup>46</sup>. O conceito de Strange também apoiou a afirmação de que os centros de gravidade não são características, locais ou capacidades, mas, sim, entidades morais, políticas e físicas que possuem características e capacidades, ou mesmo se beneficiam de um determinado local ou terreno (KLUG, 2012).

O Dr. Milan Vego<sup>47</sup> apresentou, também sob abordagem adaptativa, uma

---

<sup>42</sup> Para o teórico David Galula, a insurgência, o golpe de estado e a revolução são definidos como formas de se tomar o poder pela força. O terrorismo, nesse contexto, se mostra como uma das ações que podem ser praticadas, por exemplo, pelos insurgentes, e sendo a principal no caso da Al-Qaeda. Para a Al-Qaeda, o emprego do termo insurgente e contrainsurgência são ambíguos a terroristas e contraterrorismo.

<sup>43</sup> Coronel Jonathan Klug é um estrategista do Exército dos EUA atuando como professor assistente no departamento de estratégia, planejamento e operações do *U.S. Army War College*.

<sup>44</sup> Foi um militar prussiano, o mais conhecido de todos os pensadores militares, dotado de vasta experiência militar, tendo participado de combates nos Estados-Maiores dos exércitos da Rússia e da Prússia durante os períodos da Revolução Francesa (1789-1799) e das Guerras Napoleônicas (1806- 1815).

<sup>45</sup> Dr. Joseph L. Strange, ex-professor do *US Marine Corps War College*.

<sup>46</sup> Abordagem com perspectiva de adequação da definição original, em busca de aplicação prática e contemporânea do CG.

<sup>47</sup> Dr. Milan N. Vego, professor de Operações, no *US Naval War College*.

discussão contemporânea sobre guerra operacional conjunta e arte operacional, fornecendo vários esclarecimentos importantes sobre os CG dos insurgentes. Vego diferenciou os CG em tipos militares e não militares. O primeiro pode ser uma força ou função militar, como comando e controle. Já o último pode incluir a vontade de lutar, a ideologia, um líder-chave ou ainda a legitimidade de um determinado governo (KLUG, 2012).

De acordo com Vego, sob a perspectiva estratégica, o líder de uma nação, coalizão, insurgência ou grupo extremista é normalmente a força crítica mais importante. A destruição de um CG afetará, portanto, decisivamente, a capacidade de um beligerante de atingir um intento. O objetivo no nível estratégico, pois, é predominantemente não militar e muitas vezes é de natureza ideológica (KLUG, 2012).

A ideologia, por sua vez, é uma força crítica da Al-Qaeda e a legitimidade, por conseguinte, é uma força crítica dos EUA. O Estado que conduz o contraterrorismo, então, deve procurar proteger e otimizar a legitimidade. O objetivo estratégico é como a população percebe a legitimidade de uma insurgência ou de um governo. Já os insurgentes tentarão atacar o centro estratégico de gravidade do governo, ou seja, sua legitimidade (KLUG, 2012).

Um CG operacional físico raramente será apresentado por insurgentes, pois habitualmente essas forças estão dispersas para evitar a destruição. Em vez disso, comandantes e forças insurgentes serão frequentemente centros de gravidade táticos. Apesar disso, se essas forças se concentrarem, poderão constituir-se CG operacional (KLUG, 2012).

Em 1964, David Galula<sup>48</sup> (1919-1967) apresentou o que seria um contraponto parcial à proposta de Vego. Galula defendeu que a união dos recursos de inteligência civis e sistemas de armas sofisticados conduziram campanhas de *Targeted Killing* contra as

---

<sup>48</sup> David Galula, coronel do Exército Francês, apresenta um modelo teórico de contrainsurgência que fundamentou a elaboração do *U.S. Army Field Manual n° 3-24 / Marine Corps Warfighting Publication n° 3-33.5*, expedido em 2006.

lideranças insurgentes. Sustentou, ainda, que essa abordagem ofereceria apenas uma falsa esperança, pois para cada insurgente capturado ou morto, outro, ou muitas vezes vários, o substituiria (GALULA, 1964).

Analisar os centros de gravidade na condução de operações de contraterrorismo, no entanto, auxiliará os chefes a articular natureza, oportunidades, custos e riscos. Esclarecer esse elemento-chave, por sua vez, ajuda planejar a campanha, melhorar a execução e aumentar a probabilidade de realizar operações bem-sucedidas.

## 2.5 ELIMINAÇÃO DE ALVOS

O livro *Targeted Killings: Law and Morality in an Asymmetrical World* (FINKELSTEIN *et al*, 2012), editado por Claire Finkelstein *et al*, apresenta, no 13º capítulo, elementos fundamentais sobre os ataques direcionados e sobre a campanha contra a Al-Qaeda, elaborado por Kevin H. Govern<sup>49</sup>.

O *Targeted Killing*<sup>50</sup>, assim como praticamente todas as ações de guerra, não é uma prática nova. Em processos de priorização de alvos pode empregar vários recursos, como ARP, franco atiradores, mísseis, operações especiais, tal qual como fora utilizado na Operação Lança de Netuno, e outros (HIMES, 2016). O século XXI registra, contudo, evolução no modo de conduzir, especialmente no emprego de ARP para eliminar “indivíduos-alvo” (GOVERN *apud* FINKELSTEIN, 2012).

---

<sup>49</sup> Govern é professor de direito na *US Military Academy* e na *Ave Maria School of Law*.

<sup>50</sup> Não existe no Glossário das Forças Armadas Brasileiras um termo que defina *targeted killing*. Autores traduzem como “assassinatos seletivos”, “execuções extrajudiciais”, “homicídios cirúrgicos”, entre outros (SOUZA FILHO, 2020). Essas traduções, no entanto, serão consideradas inapropriadas para este estudo, visto que essas expressões conduzem o pensamento a práticas em tempo de paz, em que matar é cometer crime, ao passo que na guerra é um ato necessário. Será utilizada, portanto, a expressão eliminação de alvos.



### 3 HISTORIA DA GUERRA AO TERROR

Objetiva-se, neste capítulo, realizar uma célebre epígrafe sobre fatos que precederam e suscitaram a Operação Lança de Netuno. O capítulo, para isso, será dividido em três subseções. Na primeira, aborda-se circunstâncias do surgimento da Al-Qaeda na década de 1980, a posição de Osama bin Laden e a relação dele com os EUA. Retrata-se, na segunda subseção, o crescimento da organização até os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Desenvolve-se, na última subseção, a resposta norte-americana concebida como guerra ao terror e, ainda, como os EUA atuaram nessa guerra até 2010. Essa descrição almeja identificar fatores que contribuíram para a Operação Lança de Netuno, e, dessa maneira, esclarecer alguns aspectos que viabilizaram a operação, associadas à questão do “por quê?”.

#### 3.1 FORMAÇÃO DA AL-QAEDA

A Al-Qaeda, organização fundamentalista de religião islâmica que pauta a atuação em ataques terroristas, estrutura-se durante uma reunião na residência de Osama bin Laden, na cidade de *Peshawar*, Paquistão, em agosto de 1988 (JONES, 2009).

A ex-URSS, naquele contexto, havia invadido a então República Democrática do Afeganistão, sob o pretexto de preservar o instável governo comunista de Cabul, provocando uma guerra que duraria dez anos (1979-1989). Nesse conflito, aliás, a ex-URSS sairia derrotada. Os combates destruíram o Estado afegão, espalharam miséria e incitaram uma violenta guerra civil. Essas condições adversas propiciaram o nascimento e fortalecimento de insurgentes, suas organizações, assim como fomentaram o planejamento e a deflagração do terrorismo (JONES, 2009).

Participam, nas origens da Al-Qaeda, veteranos da insurgência afegã contra a ex-

URSS, comandados por uma estrutura de liderança centralizada. Nela, OBL, que havia lutado ao lado da chamada Resistência *Mujahidin*<sup>51</sup> que ajudou expulsar as forças soviéticas do Afeganistão, assumiu a posição de fundador e visionário da organização (CRAGIN, 2016).

### 3.1.1 Da insurgência no Afeganistão aos grupos extremistas

A Guerra Afegã-Soviética ocorre no contexto da Guerra Fria (1947-1989)<sup>52</sup> e, de modo a enfraquecer os soviéticos, o conflito poderia ser opção para os EUA apoiarem grupos que promovessem a insurgência como forma de resistência. Os soviéticos, então, encontraram resistência forte e patrocinada por parte da população afegã. Incapazes de suplantar essa oposição, amargaram sucessivas derrotas contra a Resistência *Mujahidin* (VISACRO, 2009).

O Afeganistão participou de um campo de batalha sangrento provocado por efeitos da Guerra Fria. Registre-se, ademais, fatos como a postura mais agressiva da ex-URSS, que empreendeu bombardeios intensos em resposta às derrotas em solo. Esse contexto suscitou repercussões para o recrudescimento de organizações insurgentes, como a Al-Qaeda (VISACRO, 2009). Em fevereiro de 1989, os soviéticos derrotados abandonam o Afeganistão.

Após 1989, havia luta pelo poder. Alguns grupos eram apoiados pelos norte-americanos e outros pelos soviéticos. O contexto propiciava cenário favorável ao treinamento e esconderijo de grupos insurgentes (JONES, 2009). Em 1994, a milícia Talibã, uma das maiores e mais influentes facções, se destaca. Insurgência Talibã afasta os *Mujahidin* do poder, e

---

<sup>51</sup> Resistência Mujahidin – Grupo extremista islâmico, composta pelos chamados guerreiros santos, que recebeu treinamento militar e financiamento externo, logrando êxito em vencer os russos na guerra do Afeganistão (VISACRO, 2009).

<sup>52</sup> Período de tensão geopolítica entre a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os EUA, e seus respectivos aliados. Durou de 1947, com o início da política estadunidense de “contensão” do socialismo soviético, proposta pelo então presidente dos EUA, Harry Truman (1884-1972), até 1989, com a queda do muro de Berlim (MINGST, 2014).

impõe o primeiro governo entre 1996 e 2001.

A queda da ex-URSS (1991) reduz drasticamente a necessidade de apoio norte-americano àquelas resistências, situação que desagrada particularmente a Al-Qaeda. Além disso, a primeira Guerra do Golfo<sup>53</sup> (1990-1991) aumenta a presença dos EUA na região, especialmente na Arábia Saudita. A Al-Qaeda, afetada por essas mudanças, observa que os EUA oprimiam os muçulmanos ostensivamente. O grupo, então, explicita o descontentamento à presença e à postura dos EUA. A Al-Qaeda, fundamentada em princípios de manter viva a palavra de Deus (Alá) e de fazer a religião vitoriosa por meio de uma *jihad* armada, declara os EUA e o ocidente como inimigos da organização (ESPOSITO, 2002).

### 3.1.2 Recrudescimento do terrorismo contra os EUA

A década 1990 registrou aumento significativo de atentados terroristas com participação da Al-Qaeda. Bin Laden e o principal estrategista, Ayman al-Zawahiri, prometeram criar ameaça global à segurança nacional dos EUA. Alguns eventos foram concretizados, como o de 1993, com o uso de caminhão-bomba no atentado à torre norte do World Trade Center e, em 1998, às embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia, na África oriental (GOVERN apud FINKELSTEIN, 2012).

Em 1998, Osama bin Laden já havia se tornado “Inimigo Público Número Um” dos EUA<sup>54</sup> (GOVERN apud FINKELSTEIN, 2012). Em 2000, registra-se o ataque suicida feito contra o *destroyer* USS Cole (DDG 67) da Marinha dos EUA, no porto de Áden, Iêmen. Culminando, em 11 de setembro de 2001<sup>55</sup>, com o sequestro, em solo norte-americano, de quatro aviões

---

<sup>53</sup> A primeira guerra do golfo um conflito militar travado entre as forças da Coalizão internacional e o Iraque, liderada pelos Estados Unidos e patrocinada pela ONU, para alcançar a libertação do Kuwait. Teve aprovação de Conselho de Segurança da ONU, através da Resolução 678, autorizando o uso da força.

<sup>54</sup> *The Most Wanted Face of Terrorism*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/05/02/world/02osama-bin-laden-obituary.html>. Acesso em: 13 jul. 2022

<sup>55</sup> É tido como o primeiro ataque estrangeiro significativo em instalações governamentais de Washington desde

comerciais, que colidiram intencionalmente contra o Pentágono, destruíram as torres do World Trade Center e, o quarto avião, que tinha como objetivo o Capitólio ou a Casa Branca, acabou, antes, chocando-se contra o solo. Nesse dia, de acordo com a comissão do 11 de setembro, mais de 2.600 pessoas morreram no World Trade Center, 125 no Pentágono e 256 a bordo dos quatro aviões<sup>56</sup>.

### 3.1.3 Guerra ao terror

Ainda em setembro de 2001, o presidente dos EUA à época, George W. Bush, fez um ultimato ao declarar guerra global contra o terror. Começava a Guerra do Afeganistão (2001-2021), onde, naquela altura, o Talibã deixou de ser milícia de insurgentes para constituir-se governo apoiado em atividades do narcotráfico. Os vínculos de Osama bin Laden com o regime Talibã já eram conhecidos. Havia necessidade, portanto, de empreender resposta militar àquela situação (VISACRO, 2009).

Desde dezembro de 2001, em um grande esforço de busca combinada e guerra não convencional das SOF dos EUA e de agentes da CIA, a procura por Osama teria se reduzido às montanhas de Tora Bora, sem que fosse encontrado, capturado ou morto (GOVERN apud FINKELSTEIN, 2012).

Os EUA registravam o recrudescimento da insurgência em solo afegão. Em meio a discussões sobre o formato da abordagem tática, operacional e estratégica, surgiram ideias que aplicavam todas as expressões do Poder Nacional<sup>57</sup> de forma integrada. Surgiram, nessas circunstâncias, as VSO, apoiadas pelas VSP, amplamente empregadas pelo general David

---

que a cidade foi incendiada pelo Império Britânico durante a Guerra Anglo-Americana (*sic*) de 1812.

<sup>56</sup> Disponível em: [https://www.https://govinfo.library.unt.edu/911/report/911Report\\_Exec.htm](https://www.https://govinfo.library.unt.edu/911/report/911Report_Exec.htm). Acesso em: 13 jul. 2022.

<sup>57</sup> O Poder Nacional é composto pelas expressões diplomática, informacional, militar e econômica.

Petraeus e outras, não tão divulgadas, pelo menos até a Operação Lança de Netuno, que foram as ações de captura ou de eliminação de alvos sob a tutela de ações encobertas.

John Nagl, ex-assessor de contrainsurgência do general Petraeus, em entrevista para *Frontline*<sup>58</sup>, relata que, apenas em 2010, 12 mil combatentes da Al-Qaeda e do Talibã foram objetivos de ações encobertas de captura ou eliminação de alvos. Nagl expôs que essas ações eram lideradas por um poderoso comando militar do JSOC<sup>59</sup>, que poucos tinham ouvido falar antes do assassinato de Osama bin Laden. Nagl afirma, ainda, que o JSOC opera em todo o mundo, com base em premissas legais, ou “extralegais”, da diretiva presidencial classificada. As táticas de ataque incluem o emprego de mísseis Hellfire, ataques a bomba por ARP dos EUA e incursões noturnas com SOF em locais de permanência de combatentes identificados.

Desde a guerra Afegã-Soviética (1979-1989), que propiciou condições para a formação de organizações e patrocínio de insurgentes, com destaque a Al-Qaeda, até a deflagração de ações encobertas de eliminação de alvos conduzidas no Guerra do Afeganistão (2001-2021), às vésperas da Operação Lança de Netuno, é possível realizar algumas considerações sobre fatores que contribuíram para a operação contra OBL.

A mudança norte-americana gerou insatisfação na Al-Qaeda. Os EUA, na década de 1980, apoiavam insurgentes no Afeganistão contra o invasor soviético. Na década seguinte, descontinuou esse apoio e aumentou a presença na região. A organização, em resposta, declarou os EUA como inimigo, propagou ameaças de ataques terroristas e provocou escalada de violência até o 11 de setembro de 2001. A década de 2000 marcou o desenvolvimento de ações encobertas de eliminação de alvos, devidamente em destaque no próximo capítulo.

---

<sup>58</sup> Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/frontline/article/what-is-the-secretive-us-killca/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

<sup>59</sup> O Comando Conjunto de Operações Especiais (tradução nossa) é um comando componente do USSOCOM, Comando de Operações Especiais dos EUA (tradução nossa). Além do JSOC, o USSOCOM possui outros quatro comandos subordinados, o *Army Special Operations Command*, o *Marine Forces Special Operations Command*, o *Naval Special Warfare Command* e o *Air Force Special Operations Command*.

## 4 OPERAÇÃO LANÇA DE NETUNO

Este capítulo objetiva, embasado em fatos e relatos históricos, reunir elementos, a fim de esclarecer questões relacionadas ao “como”, “quem” e “onde” e permitir a compreensão da Operação Lança de Netuno. Os eventos serão relatados desde 2008, ano da campanha presidencial de Barack Obama, até 2011, ano da operação. Os conteúdos abordados serão correlacionados com as referências jurídicas, teóricas e doutrinárias descritas no segundo capítulo.

O presente capítulo será dividido em quatro subseções. A primeira discorrerá sobre declarações norte-americanas e reuniões preliminares entre representantes do nível político e da CIA. A segunda e terceira seções tratarão, respectivamente, de características de planejamento e de execução da ação, revelando peculiaridades da operação. Por fim, a quarta seção analisará o cenário pós-ação, incluindo a declaração do Paquistão, Estado que não esteve envolvido diretamente nas hostilidades, porém constituiu-se território para o desenvolvimento das ações norte-americanas.

### 4.1 OS OBJETIVOS POLÍTICOS E A BUSCA DA CIA

Em 2008, o senador Barack Hussein Obama II foi questionado sobre futuras posições quanto à política do assassinato seletivo como forma de orientação para a estratégia de segurança nacional e se perseguiria líderes da Al-Qaeda dentro do Paquistão, mesmo que isso significasse invadir o Estado aliado. A resposta foi uma declaração de política prospectiva.

Se temos Osama bin Laden em nossa mira e o governo paquistanês não pode ou não quer retirá-lo, então acho que temos que agir e vamos retirá-lo. Vamos matar Osama bin Laden. Vamos esmagar a Al-Qaeda. Essa deve ser nossa maior prioridade de

segurança nacional<sup>60</sup> (EUA, 2011, tradução nossa).

Declarações de John Yoo<sup>61</sup>, em entrevista para *Frontline*<sup>62</sup>, já revelavam o enquadramento de terroristas como combatentes. A entrevista, concedida pelo funcionário do alto escalão do governo, reforçava a posição dos EUA nesse entendimento, em consonância com o que fora apresentado em 2.3.1.

Barack Obama assumiu a presidência dos EUA em 20 de janeiro de 2009. O presidente reiterou o compromisso com a captura de Osama bin Laden. Ele instruiu Leon Panetta, diretor da CIA entre fevereiro de 2009 e junho de 2011, a fazer da captura ou morte de bin Laden a principal prioridade da guerra contra a Al-Qaeda (BRENNAN, 2020).

Em maio de 2009, o presidente solicitou e recebeu, de Leon Panetta, um briefing com informações sobre o paradeiro de Osama bin Laden. Panetta explicou que o alvo era muito preocupado com a segurança, restringia comunicações a pouquíssimos integrantes da organização, e que oficiais da CIA empreenderam esforços de monitoramento durante anos para encontrar indivíduos que mantinham contato direto com OBL, mas que essa persistência ainda não havia produzido resultados (BRENNAN, 2020).

A relação da Al-Qaeda com o Talibã e a relativa permeabilidade das fronteiras com o Paquistão já eram conhecidas por agências de inteligência e forças armadas norte-americanas. Nesse contexto, a utilização de agentes em território de outro Estado não envolvido no conflito cabia à CIA, sob a definição expressa no título 50 do US Code.

---

<sup>60</sup> Texto original em inglês. “*We will kill bin Laden - And if we have Osama bin Laden in our sights and the Pakistani government is unable or unwilling to take them out, then I think that we have to act, and we will take them out. We will kill bin Laden. We will crush al-Qaida. That has to be our biggest national security priority.*” Disponível em: <https://www.politifact.com/truth-o-meter/promises/obameter/promise/901/we-will-kill-bin-laden/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

<sup>61</sup> Vice-procurador-geral no Escritório de Assessoria Jurídica no Departamento de Justiça dos EUA no governo de George W. Bush (2001-2009).

<sup>62</sup> FRONTLINE. *Spying on the home front*: Interview John Yoo, 2007. Disponível em: <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/homefront/interviews/yoo.html>. Acesso em: 29 jul. 2022.

Em 2 de junho de 2009, o presidente enviou um memorando<sup>63</sup> a Panetta ordenando que a CIA produzisse, em trinta dias, um plano operacional detalhado para localizar e levar justiça<sup>64</sup> a Osama bin Laden. Pouco mais de um ano depois, a CIA obteve informações significativas que foram apresentadas ao presidente em 10 de setembro de 2010. O vice-diretor da CIA, Michael Morell, expôs algumas informações significativas sobre um indivíduo que os analistas da CIA avaliaram ser o mensageiro de Osama bin Laden. O sujeito morava em um complexo<sup>65</sup> em Abbottabad, Paquistão (BRENNAN, 2020).

Na ocasião, Leon Panetta advertiu que ainda havia muito a aprender sobre o complexo e seus ocupantes. Ele então expôs o plano da CIA para coletar mais informações sobre o local sem chamar a atenção dos paquistaneses. A região de Abbottabad apresentava desafios para viabilizar a coleta, como a proximidade da Academia Militar do Paquistão e por ser uma área destinada à aposentadoria de altos oficiais militares paquistaneses. “Isso vai ser difícil”, completou Panetta (BRENNAN, 2020).

Pode-se supor que Osama bin Laden fosse um alvo obviamente aceitável. Ele era, afinal, o líder da Al-Qaeda, um ator não estatal que havia declarado guerra aos EUA, bem como assumido a autoria<sup>66</sup> dos atentados de 2001 (GOVERN apud FINKELSTEIN, 2012). Depreende-se, então, que a interpretação de Henderson (2009), descrita em 2.3.2, foi similar à aplicada pelos EUA, quando, por Osama bin Laden consubstanciar condição pretérita de combatente,

---

<sup>63</sup> A busca já era uma prioridade na CIA, mas o memorando foi recebido como um sinal de apoio e deu um impulso singular à tarefa.

<sup>64</sup> O termo utilizado indica o efeito da ação e não a ação propriamente dita. A questão de se a Operação Lança de Netuno seria uma ação de captura ou de morte será abordada na seção 4.2.

<sup>65</sup> Grande construção com três andares, fortificada, localizada em zona rural de Abbottabad.

<sup>66</sup> *Full transcript of bin Ladin's speech*. Al Jazeera. November 1, 2004. Arquivado do original em 11 de julho de 2006. Recuperado em 12 de julho de 2006. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20060711055450/http://english.aljazeera.net/NR/exeres/79C6AF22-98FB-4A1C-B21F-2BC36E87F61F.htm>. Acesso em: 19 jul. 2022.



sua natureza<sup>67</sup> foi definida no processo de avaliação de um objetivo militar passível de ataque. Decidiu-se, assim, considerá-lo alvo de uma ação de captura ou eliminação.

Não obstante ser necessário o atendimento de apenas uma das quatro condições, anterior à ação, será continuada a avaliação, na seção 4.2.1, quanto à localização, finalidade e utilização, bem como a verificação de vantagem militar, a fim de ser definitivamente enquadrado como objetivo legítimo.

Em 14 de dezembro de 2010, o presidente dos EUA recebeu de Panetta o primeiro relatório detalhado sobre o complexo. Primeiro, o significativo aumento de confiança da CIA de que o mensageiro era o verdadeiro elo de OBL e segundo, e mais importante, que um indivíduo com características físicas semelhantes às de OBL, conhecido, naquele momento, pelo codinome marchador<sup>68</sup>, morava no local. O presidente ordenou que se começasse a pensar em opções para capturar OBL se ele realmente estivesse naquele complexo de Abbottabad (BRENNAN, 2020).

Panetta e Morell rapidamente reconheceram que seria necessário incluir no planejamento capacidades inerentes às forças armadas dos EUA. Em fevereiro de 2011, a CIA recebeu permissão da Casa Branca para trazer o então Comandante do JSOC, Almirante Bill McRaven, para o círculo de conhecimento sobre o complexo e seus possíveis habitantes. Para desenvolver opções militares, os superiores de McRaven no Pentágono<sup>69</sup> precisavam ser trazidos à discussão. A Casa Branca, assim, incluiu o secretário do DoD, Robert Gates, o CEMCFA, Almirante Mike Mullen, e seu vice, General James Cartwright (BRENNAN, 2020).

Iniciou-se, a partir desse momento, o que se chamou de planejamento

---

<sup>67</sup> Refere-se ao caráter intrínseco de um objeto, civil ou militar/combatente (PINTO, 2022).

<sup>68</sup> Texto original em inglês: "*Pacer*". Codinome foi dado devido às suas caminhadas monótonas e regulares dentro dos limites do complexo. Marchador foi a tradução utilizada no livro "Não há dia fácil", tradução de Donaldson M. Garschagen, Berilo Vargas do livro "No Easy Day" OWEN, Mark; MAURER, Kevin.

<sup>69</sup> O Pentágono é a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, localizado em Arlington, Virgínia.

interagência CIA-USSOCOM<sup>70</sup> que, repleto de especificidades, foi minuciosamente preparado e conduzido para utilizar recursos adequados, a fim de alcançar objetivos definidos em nível político. Tudo isso, no entanto, com diminuição de riscos nos diversos níveis de condução da operação, quais sejam o tático, operacional, estratégico e político.

#### 4.2 O PLANEJAMENTO

Em 14 de março, em reunião do NSC<sup>71</sup>, a CIA anunciou estar 70% confiante de que o marchador era Osama. Em seguida, o almirante Bill McRaven destacou os desafios para uma ação desenvolvida por suas forças especiais, que incluíam voar 100 milhas náuticas no Paquistão, sem a autorização daquele Estado<sup>72</sup>. Reiterou que fazia isso, com sucesso todas as noites no Afeganistão e no Iraque, mas nestes ele dispunha de supremacia aérea. “Em algum momento, vamos acordar os Paks, e eles não ficarão muito felizes por estarmos em seu país sem a permissão deles”, disse McRaven (BRENNAN, 2020).

A afirmação do almirante McRaven provocou debate na NSC sobre qual LA adotar, além de suscitar avaliação de riscos que levaram a uma decisão tomada nas vésperas da ação. Esses assuntos comporão, respectivamente, a primeira, segunda e terceira subseções. Por fim, a questão de não dispor de supremacia aérea foi relevante e condicionou a seleção de recursos militares, temas que serão abordados na última subseção.

---

<sup>70</sup> O USSOCOM é o Comando Combatente Unificado encarregado de supervisionar as várias operações das Forças Armadas dos EUA.

<sup>71</sup> Conselho de Segurança Nacional (tradução nossa). O NSC havia se reunido dezessete vezes até 1º de maio de 2011, dia da Operação Lança de Netuno. O NSC é o principal fórum usado pelo presidente dos EUA para considerar questões de segurança nacional, militar e política externa.

<sup>72</sup> Foi unânime a opinião de que os paquistaneses não concordariam em realizar uma operação conjunta com as forças norte-americanas em seu solo ou permitiriam que os EUA o fizessem sozinhos, concluindo que uma operação unilateral dos EUA sobre o complexo de Abbottabad seria a única opção viável (BRENNAN, 2020).

#### 4.2.1 Linhas de Ação

Na condução do planejamento interagência CIA-USSOCOM, o presidente foi informado, pela NSC, sobre a opção que seria lançar JDAMs<sup>73</sup> de bombardeiros B-2 contra o complexo, porém o dano colateral seria provavelmente alto, com potencial para atingir centenas de vítimas no entorno, incluindo mulheres e crianças residentes no complexo. Nenhum participante defendeu moralidade nessa ação e reconheceu-se que a reação adversa paquistanesa seria extrema e provavelmente volátil. Outro aspecto é que Al-Qaeda poderia alegar que Osama bin Laden, ainda que morresse no ataque, havia escapado, o que aumentaria seu status já quase mítico. Essa LA, assim, foi descartada (BRENNAN, 2020).

Em nova reunião, o assalto por helicóptero foi debatido, tendo sido colocadas algumas restrições como condições meteorológicas favoráveis, período lunar mínimo para reduzir a observação visual por forças hostis em solo, planos de contingência para o caso de forte oposição militar, de que maneira lidariam com a queda de aeronave norte-americana dentro do Paquistão e se, nessa hipótese, os paquistaneses deveriam ser previamente informados, somente depois ou durante a missão C-SAR<sup>74</sup> (BRENNAN, 2020).

Aventou-se ainda a possibilidade de ser lançada uma arma tática com precisão a laser, a partir de uma plataforma aérea, como uma ARP ou outra aeronave tripulada, durante uma das caminhadas do *Pacer*, porém permaneceria a impossibilidade de confirmar a identidade do alvo. Concluiu-se, então, que a oportunidade de capturar Osama bin Laden, de apreender material que provavelmente havia no complexo, o SSE<sup>75</sup>, e de reduzir danos

---

<sup>73</sup> O Conjunto de munições de ataque direto (tradução nossa) é um kit de guiagem que converte bombas comuns em munições inteligentes. As bombas equipadas com o kit são direcionadas por um sistema de guiagem inercial acoplado a um receptor GPS (JOINT..., 2017).

<sup>74</sup> Resgate em Combate, Busca e Salvamento em Combate ou Combate-SAR (tradução nossa).

<sup>75</sup> Exploração de sítio sensível (tradução nossa).

colaterais, apenas seria possível por meio de helicóptero (BRENNAN, 2020).

Cabe evidenciar que no Afeganistão e no Iraque, conforme abordado em 2.1.1, as forças armadas norte-americanas estiveram legalmente amparadas tanto para a condução das chamadas TMA como das ações encobertas conduzidas sob o título 10 do USC. Assim, para uma ação ser conduzida em um país neutro, o Título 50 foi um subterfúgio para abrigar a Operação Lança de Netuno e, assim, reivindicar legitimidade. Devido à complexidade inerente, o assunto será novamente tratado em 4.4.1.

Retomando o debate sobre ser um objetivo militar legítimo, apoiando-se no descrito em 2.3.2, e continuando a avaliação quanto à localização<sup>76</sup>, finalidade<sup>77</sup> e utilização<sup>78</sup>, chega-se à qualificação da localização. Por se tratar de ação em Estado não envolvido diretamente nas hostilidades, a avaliação da localização torna-se inexecutável. Para o critério seguinte, a classificação de líderes da Al-Qaeda como CG estratégico, afirmada por Klug (2012), e de OBL como fundador e visionário da organização, definida por Cragin (2016), transmite existir aderência ao quesito finalidade. Já a permanência de ameaças globais à segurança dos EUA, e o poder de recrutamento de terroristas para a Al-Qaeda, significam atinência de OBL à condição de utilização.

Tal qual apresentado em 2.3.3, não é ilegal causar danos colaterais a bens ou baixas acidentais a civis, durante ataque a objetivo militar legítimo. Para atender o princípio da proporcionalidade, pois, as baixas devem ser proporcionais à vantagem militar que se esperava do ataque, e, nesse sentido, a ação por helicóptero se mostrou a mais apropriada.

---

<sup>76</sup> Refere a um local que é importante para as operações militares, seja porque é um local que deve ser apreendido ou porque é importante evitar que o inimigo o tome (PINTO, 2022).

<sup>77</sup> Considerado como referindo-se ao “uso futuro pretendido” de um objeto (PINTO, 2022).

<sup>78</sup> Refere-se ao uso presente ou real de um objeto (PINTO, 2022).

#### 4.2.2 Análise e gerenciamento de riscos

Em 29 de março, Bill McRaven informou que, a partir do momento que a sua equipe de SEALs<sup>79</sup> estivesse reunida, precisaria de três semanas para realizar e concluir o ensaio geral. Ele também expressou preocupação sobre a hipótese de sua equipe perceber-se cercada após a ação no complexo. O oficial, então, consultou o presidente sobre a necessidade de alguma intervenção diplomática para concluir a retirada. Todos os envolvidos eram conscientes dos riscos, mas a possibilidade de as forças especiais dos EUA serem mantidas reféns era perturbadora. O presidente dos EUA, contudo, refutou qualquer ideia de negociação com os paquistaneses para a libertação de forças especiais e, apoiado pela secretária de estado Hillary Clinton, definiu que a equipe precisaria estar preparada para, se necessário, lutar para sair (BRENNAN, 2020). Essa condição também contribuiu para a seleção de recursos militares, abordados na seção 4.2.4.

Outras questões sobre como o Paquistão reagiria à ação, em caso de sucesso, falha ou ainda algum meio termo, atrapalhavam o planejamento. Em 18 de abril, o DNI<sup>80</sup> Jim Clapper, apresentou importantes análises da IC sobre a provável reação paquistanesa. Clapper afirmou que se o alvo fosse realmente OBL e fossem evitadas baixas civis, as prováveis consequências no relacionamento EUA e Paquistão seriam administráveis. A morte de OBL, adicionalmente, seria um golpe simbólico, psicológico e organizacional significativo a Al-Qaeda, pois Ayman al-Zawahiri (1951-2022), o número dois da organização, não dispunha de habilidades de liderança, conhecimento operacional, credenciais *jihadistas* ou o carisma de bin Laden (BRENNAN, 2020).

---

<sup>79</sup> Os *Navy SEALs (Sea, Air and Land)*, que significa mar, ar e terra (tradução nossa) constituem uma tropa da Marinha dos EUA que conduzem Operações Especiais e são destinadas à guerra não convencional.

<sup>80</sup> Diretor de Inteligência Nacional (tradução nossa).

Uma das recomendações da comissão do 11 de setembro, incluída no grupo do “o que fazer”, e endossadas pelo IRTPA, conforme abordado em 2.1.3, estabeleceu a nova função de chefia da IC<sup>81</sup>, exercida pelo DNI. O DNI, assim, participou de reuniões com contribuições pertinentes, revelando a pertinência do IRTPA.

Ressalte-se que, por se tratar de ação encoberta, caso o alvo não fosse Osama bin Laden, a mitigação desse risco seria viabilizada pela própria natureza da *covert action*, que visa ocultar a identidade do patrocinador, ou seja, do Estado envolvido na operação.

Segundo o relato de Owen e Maurer (2012)<sup>82</sup> em seu livro *No Easy Day*<sup>83</sup>, às vésperas da partida das equipes para o Afeganistão, houve uma reunião de hangar do nível operacional com o tático. Estiveram presentes os almirantes Mike Mullen e Bill McRaven. Alguém perguntou se a missão era de captura ou de morte. Um advogado do DoD ou da Casa Branca respondeu à equipe DEVGRU<sup>84</sup> de SEALs. Disse-lhes que não era para ser assassinato, e que se o alvo não representasse ameaça, deveriam apenas detê-lo (OWEN; MAURER, 2012).

Nessa reunião de hangar com o DEVGRU, um dos almirantes presentes perguntou ao chefe da equipe qual era o plano se encontrassem pela frente a polícia ou os militares paquistaneses. A resposta foi a situação seria desinflada até onde fosse possível, afirmou que primeiro usaria o intérprete, depois o cão, depois um laser visível e, em último caso, usaria a força (OWEN; MAURER, 2012).

Bill McRaven mostrou-se confiante sobre o plano operacional e os resultados dos

---

<sup>81</sup> São exemplos dos 17 membros que compõem o IC: a NSA (pertencente ao DoD); a CIA (Agência independente); e o FBI (estrutura do Departamento de Justiça, sob a coordenação do *Intelligence Branch*). Antes da criação deste escritório, o ODNI, a chefia da IC era exercida cumulativamente pelo diretor da CIA.

<sup>82</sup> A editora reconhece que Mark Owen, Kevin Maurer e todos os demais nomes utilizados na obra são pseudônimos necessários para segurança operacional de homens e mulheres que continuam lutando pelos EUA.

<sup>83</sup> O livro *No Easy Day* é um relato sobre a Operação Lança de Netuno.

<sup>84</sup> O DEVGRU, foi estabelecido em 1987 em substituição ao *SEAL Team 6* e está operacionalmente subordinado ao Comando de Operações Especiais Conjuntas.

ensaios do ataque ao complexo e apresentou a informação sobre a próxima janela lunar, que seria entre 30 de abril e 1º de maio. A equipe seguiu para o Afeganistão ainda sem a decisão final sobre quando e se a operação seria deflagrada (BRENNAN, 2020).

Em abril, Mike Leiter, diretor do NCTC<sup>85</sup>, desempenhou a função da “célula vermelha”, que é uma revisão conduzida por um grupo de especialistas não informado sobre o assunto. Depois de analisar os dados por cerca de setenta e duas horas, Mike Leiter então explicou que a avaliação chegou a 40% de probabilidade de OBL estar no complexo (BRENNAN, 2020).

Outro fator desconhecido que ameaçava o sucesso da missão dizia respeito ao interior do próprio objetivo. Era impossível reunir, previamente, informações detalhadas sobre o que havia dentro dos vários prédios integrantes do complexo sem comprometer a missão. A existência de obstruções físicas, bunkers subterrâneos, explosivos com fios, paredes falsas, túneis de fuga, compartimentos ocultos ou de modificações no edifício eram todos desconhecida. O desconhecimento também se aplicava às armas dos ocupantes, armas pequenas, armamentos antiaéreos, coletes suicidas explosivos. Os planejadores assumiram o pior cenário e se prepararam para avançar em ambiente estranho, confuso e hostil contra um inimigo armado (PANZERI, 2014).

Empregou-se, a fim de se contrapor ao fator desconhecido, duas ações. Planejou-se, ante de tudo, tática não convencional de cortar a energia elétrica do objetivo. Agentes em Abbottabad providenciaram para que um apagão de energia ocorresse precisamente durante o tempo da missão. Adicionalmente, vários apagões nas semanas anteriores à missão também

---

<sup>85</sup> Centro Nacional de Contraterrorismo (tradução nossa) é um dos três centros de missão que compõem a estrutura do ODNI e foi concebido para integrar e analisar toda a inteligência relativa ao terrorismo e contraterrorismo e conduzir o planejamento operacional estratégico.

ajudaram a sustentar a casualidade da falta de energia (PANZERI, 2014). Sem iluminação, o complexo ficaria escuro para os ocupantes, e se eles não dispusessem de dispositivos de visão noturna, ficariam totalmente cegos, o que significaria vantagem para o DEVGRU.

Providenciou-se, em seguida, que todas as armas do DEVGRU estivessem equipadas com silenciadores e ponteiros laser (PANZERI, 2014). Os SEALs atirariam silenciosamente sem revelar as posições ou chamar atenção dos paquistaneses; também garantiria que os SEALs pudessem identificar imediatamente a mira de integrantes da equipe e quaisquer tiros disparados por ocupantes.

#### 4.2.3 A decisão

A última reunião do NSC foi realizada na tarde de quinta-feira, 28 de abril. Na ocasião, Panetta afirmou que a operação deveria prosseguir e, energicamente, disse-lhes que aquela era a melhor chance e mais: poderia ser a única. Brennan, que participou de praticamente todas as reuniões da Sala de Situação, estava convencido de que o panorama de inteligência era procedente e que uma ação de ataque era indicada. A secretária de Estado Hillary Clinton falou detalhadamente sobre as implicações e movimentações diplomáticas necessárias para a manutenção das relações exteriores.

O Presidente Obama, ao final da reunião, afirmou que tomaria uma decisão naquela noite e a compartilharia no dia seguinte. Em 29 de abril, portanto, o presidente havia aprovado a operação. Obama acrescentou que as condições meteorológicas seriam o fator determinante na decisão de deflagrá-la sábado ou domingo, e que McRaven seria o único a tomar essa decisão. Tudo isso aconteceu depois de uma revisão de medidas que seriam tomadas para proteger o pessoal e as instalações dos EUA de represálias após o ataque



(BRENNAN, 2020).

A previsão meteorológica às vésperas confirmou que as condições seriam mais favoráveis no domingo. O ataque ao complexo, então, foi autorizado para dia 1º de maio, às 15h30min, horário de Washington, ou meia-noite e meia de segunda-feira, dia 2 de maio, no horário do Paquistão. Naquele domingo, os integrantes do NSC encontravam-se na sala de situação quando, às 14 horas, chegou o Presidente Obama, no mesmo momento em que os dois helicópteros decolaram da base em Jalalabad, no Afeganistão, com as equipes de SEALs, para o voo de noventa minutos a Abbottabad (BRENNAN, 2020).

#### 4.2.4 Os recursos militares

Ao todo, aproximadamente 80 integrantes de Operações Especiais foram designados à missão, apoiados por pelo menos quatorze helicópteros e suas tripulações; centenas de agentes de apoio terrestre, mais de vinte aeronaves de combate e apoio ao combate de asa fixa, além de inteligência múltipla e equipes de operadores de vigilância (PANZERI, 2014).

Dois helicópteros furtivos MH-X, Prince-51 e Prince-52 do 160º Regimento de Aviação de Operações Especiais, "*Night Stalkers*", do Exército dos EUA foram utilizados como aeronaves principais para transporte e infiltração de equipes de assalto, Chalk 1 e 2, que contabilizaram 24 SEALs da Marinha dos EUA, um cão e um intérprete (PANZERI, 2014).

Quatro helicópteros MH-47E Chinook, do 160º Regimento, sendo duas aeronaves, QRF-1 e QRF-2, foram utilizados como aeronaves secundárias, que serviram como força de reação rápida da missão e para o estabelecimento de FARP<sup>86</sup>. Outras duas aeronaves foram

---

<sup>86</sup> Ponto de reabastecimento de área avançada (tradução nossa).

empregadas como terceira força de contingência. Ambas transportariam outros 25 SEALs com o suporte médico e de reabastecimento (PANZERI, 2014).

A missão C-SAR, doutrinariamente, é cumprida por helicópteros que realizam a exploração<sup>87</sup>, habitualmente um HH-60 Black Hawk, que contam com Apaches para fazer a escolta e ainda aeronaves para as funções de alarme aéreo antecipado e de comando da missão no ar (WHITCOMB, 2006). Estavam, portanto, disponíveis, em território afegão, próximo à fronteira com o Paquistão, em alerta para fornecer apoio de fogo direto, resgate, extração de emergência ou C-SAR, quatro helicópteros C-SAR da Força Aérea dos EUA e quatro helicópteros de ataque AH-64A Apache. O asa fixa E-6A Mercury sobrevoaria o Afeganistão e atuaria como posto de comando aerotransportado com a premissa de garantir comando e controle contínuo e, ainda, uma aeronave E-3 Sentry, que conduziria o AWACS<sup>88</sup> (PANZERI, 2014).

Alguns caças F/A-18 Super Hornet, operando de bordo, a partir do USS Carl Vinson (CVN-70), estariam no ar para fornecer apoio aéreo. Quando a missão começasse, o combustível seria reabastecido por aeronaves KC-135 Stratotanker. Um V-22 Osprey estaria de prontidão para transportar o corpo de OBL para o USS Carl Vinson, ao norte do Mar Árabe (PANZERI, 2014).

As ARP RQ-4 Global Hawk, RQ-170 Sentinel e MQ-9 Reaper foram lançadas para voar sobre o Paquistão sem serem detectadas durante a operação. Elas deveriam transmitir imagens ao vivo, atuar como um retransmissor redundante para comunicações de áudio e também poderia ser usado como suporte imediato de ataque com mísseis (PANZERI, 2014).

---

<sup>87</sup> Composta por três fases: a localização de pessoal em risco de captura no território inimigo, a autenticação desse pessoal e, em seguida, a execução de resgate em combate

<sup>88</sup> O sistema de alarme aéreo antecipado (tradução nossa) incluía capacidades de vigilância eletrônica, identificação de todas as aeronaves amigas, busca de qualquer aeronave não amiga, detecção de qualquer radar paquistanês, comunicação eletrônica e, o principal, a capacidade de combater qualquer comunicação, detecção ou sistemas de armas (PANZERI, 2014).

### 4.3 A AÇÃO

Mark Owen destaca que momentos antes de chegar ao local da infiltração, refletia sobre o fanatismo que levou o líder da Al-Qaeda a orientar seus homens a atirar aviões contra edifícios ocupados por civis inocentes. Osama personificava tudo aquilo contra o que lutavam.

Destacado para receber atualizações seguras e imediatas no dia da operação, o general de brigada Brad Webb<sup>89</sup> foi enviado à Casa Branca. Ele portava um equipamento de comunicação que lhe permitiu, em tempo real, manter contato com Bill McRaven, que dirigia a operação de Jalalabad, e, ainda, monitorar um vídeo produzido pela ARP RQ-170, desarmado, que sobrevoava o complexo de Abbotabad<sup>90</sup> (BRENNAN, 2020).

Antes da infiltração, decolaram dois Chinooks, QRF 1 e QRF 2, para uma área 20 milhas a oeste de Abbottabad, pouco povoada, para o estabelecimento do FARP (PANZERI, 2014).

O helicóptero furtivo MH-X foi projetado para manter o princípio da surpresa, com reduzida assinatura multiespectral, micro-ondas, infravermelho, acústica e visual, que dificultam sua detecção. Ao aproximar-se do complexo, o helicóptero Prince-1 apresentou perda de controle, obrigando a tripulação a realizar um pouso forçado no interior da propriedade. O helicóptero impedia a passagem da equipe Chalk 1 e foi necessário o uso de detonadores para abrir espaço para que toda a equipe continuasse e, sem feridos, prosseguisse no assalto. O segundo MH-X, Chalk-2, que fazia infiltração no teto da construção principal, em razão do acidente, alternou e pousou do lado de fora do complexo, infiltrando a segunda equipe no solo (OWEN; MAURER, 2012) (PANZERI, 2014).

---

<sup>89</sup> Oficial General da Força Aérea dos EUA e assessor no JSOC.

<sup>90</sup> *Getting bin Laden*. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2011/08/08/getting-bin-laden>. Acesso em: 13 jul. 2022.

Os SEALs, com óculos de visão noturna de última geração, significaram vantagem decisiva por propiciarem visão clara na escuridão contra um inimigo praticamente cego. Os SEALs também puderam priorizar alvos com precisão ao usar ponteiros laser infravermelhos, que também se tornaram fator de segurança adicional para evitar fratricídio. Além disso, o uso de silenciadores permitiu a identificação de fogo hostil. A ação prosseguiu ocupando as construções externas, até o segundo andar do prédio principal sem que o alvo fosse identificado (OWEN; MAURER, 2012) (PANZERI, 2014).

Como afirmou Clausewitz (1989), a trindade do acaso, a incerteza e o atrito continuarão a caracterizar a guerra e anteciparão até mesmo as consequências de primeira ordem. Na presença de “névoa da guerra” e alterações de ações em curso, já havia se passado quinze minutos até que se chegasse ao terceiro andar. Osama bin Laden, assim, teria disposto de tempo para vestir um colete suicida ou simplesmente pegar a arma. Esse fato, *per se*, já teria reduzido as chances de capturar, em vez de matar Osama.

Poucos degraus antes de chegar ao terceiro andar, em uma das duas portas no final do corredor, uma pessoa espia pela fresta. Mark Owen, que estava na estreita escada que levava àquele andar, logo atrás do primeiro homem, o batedor, relata que o *modus faciendi* de insurgentes, enfrentado em centenas de incursões, é de atirar a esmo, por trás da porta, onde imaginam que o opositor está. O batedor atirou duas vezes. O contingente avançava em direção ao cômodo onde se supunha estar o alvo. Quando entraram no que era o quarto de Osama bin Laden, o alvo já estava no chão, agonizando com um tiro que acertou a cabeça. Owen, Maurer e outro SEAL dispararam tiros de misericórdia. Osama estava com um AK-47 e uma pistola Makarov ao alcance do braço<sup>91</sup> (OWEN; MAURER, 2012).

---

<sup>91</sup> *United States of America, The Death of Osama bin Laden*. Disponível em: <https://casebook.icrc.org/case-study/united-states-america-death-osama-bin-laden>. Acesso em: 14 jul. 2022.

Relata-se que os presentes na sala de situação assistiram a tudo em silêncio e que ninguém reparou o principal fotógrafo oficial da Casa Branca entrar na sala e produzir a imagem que se tornaria entre as mais emblemáticas da presidência de Obama, apresentada na figura 2, Anexo B. Às 15h50min, o general Webb recebeu a notícia de Bill McRaven. “Gerônimo EKIA”<sup>92</sup> (BRENNAN, 2020). O terrorista mais procurado pelos EUA estava morto, e o mundo suspirou de alívio (GOVERN apud FINKELSTEIN, 2012).

A morte de bin Laden foi o ato final de quase uma década de trabalho. O desfecho foi classificado como grande golpe a Al-Qaeda e considerado pelos norte-americanos como fim de uma era (BRENNAN, 2020).

Os SEALs conduziram a SSE, recolheram pen drives, discos rígidos, documentos e outros itens que posteriormente auxiliaram na busca de informações sobre a Al-Qaeda. Assim, quando a força de assalto destruiu o helicóptero Prince 51, as equipes Chalk 1 e 2 estavam prontas para deixar o complexo, a bordo de um MH-X e um MH-47E Chinook, com o corpo de Osama bin Laden e o material da SSE. Às 18h, todo o pessoal dos EUA estava de volta, em segurança, ao Afeganistão (BRENNAN, 2020).

Além de Osama bin Laden, outros altos integrantes do Talibã e lideranças da Al-Qaeda<sup>93</sup>, como o chefe de operações, Mohammed Atef, foram mortos em ações classificadas como *targeted killings* (GOVERN apud FINKELSTEIN, 2012). Considerando que OBL era o inimigo número um dos EUA, desde 1998, a ação foi precedida de um processo de priorização de alvos, Lança de Netuno pode ser definida como uma “eliminação de alvo”, conforme abordado na seção 2.5.

---

<sup>92</sup> “Gerônimo” foi o codinome designado à Osama bin Laden pelos SEALs e remete ao guerreiro nativo Apache norte-americano que, no fim do século XIX, ficou conhecido por resistir à captura e habilmente esconder-se das tropas norte-americanas. O acrônimo em inglês “EKIA” deriva do texto original em inglês: “*Enemy Killed In Action*”, inimigo morto em ação (tradução nossa).

<sup>93</sup> O Presidente Obama autorizou a prática do *targeted killing*, por meio do ARP *Predator*, centenas de vezes, para disparar contra alvos no Afeganistão, Paquistão, Iêmen, Iraque e outros lugares (GOVERN apud FINKELSTEIN, 2012).

O Presidente Obama, no fim daquele dia, dirigiu-se à população norte-americana para anunciar que o líder da Al-Qaeda havia sido morto durante uma operação militar dos EUA: “Posso anunciar ao povo americano (*sic*) e ao mundo que os Estados Unidos da América conduziram uma operação que matou Osama bin Laden, líder da Al-Qaeda e terrorista responsável pelo assassinato de milhares de homens, mulheres e crianças inocentes.” (tradução nossa)<sup>94</sup> (BRENNAN, 2020).

John O. Brennan relata que, com base em tudo que aprendeu antes e depois do ataque, não acredita que nenhum oficial militar ou civil paquistanês soubesse que Osama bin Laden estaria escondido em Abbottabad (BRENNAN, 2020). Esse relato e a avaliação de Jin Clapper sobre a reação do Paquistão mostraram-se corretas, notadamente quanto à declaração oficial paquistanesa sobre a ação no contexto da análise pós ação que será tratada no próximo capítulo.

#### 4.4 ANÁLISE PÓS-AÇÃO

O estrategista prussiano Carl von Clausewitz escreveu que o primeiro dever do general e do estadista é compreender a natureza da guerra em que está engajado. O campo de batalha do século XXI dificultou essa tarefa. Este capítulo será composto por quatro subseções e priorizará o debate sobre o posicionamento oficial do Paquistão, notadamente quanto à organização de sua estrutura, na qual recursos militares foram atribuídos a uma missão dirigida pela CIA; à internacionalização da segurança; a prática de captura ou eliminação de alvos.

---

<sup>94</sup> Texto original em inglês: “Tonight, I can report to the American people and to the world that the United States has conducted an operation that killed Osama bin Laden, the leader of al Qaeda, and a terrorist who’s responsible for the murder of thousands of innocent men, women, and children.” Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2011/05/02/osama-bin-laden-dead>. Acesso em: 12 maio 2022.

#### 4.4.1 Ações encobertas

A ação encoberta, embora normatizada no Código de Leis dos EUA, apresenta vários dilemas, pois apesar de ser permitida por lei doméstica dos EUA, a ação encoberta geralmente é ilegal no Estado de destino. No próprio EUA essas ações são proibidas se conduzidas em solo norte-americano, destinadas a influenciar processos políticos, opinião pública ou a mídia dos Estados Unidos<sup>95</sup> (EUA, 2001).

Conduzir uma incursão em um Estado soberano visando um ator não estatal usando pessoal e equipamentos militares sob o “comando” do diretor da CIA<sup>96</sup> e classificá-lo como uma ação encoberta, sob a tutela do Título 50 do *US CODE*, levanta questões legais e políticas significativas. Essa cadeia de comando está ilustrada pela terceira coluna da figura 1 (Anexo A). O uso dessa hierarquia, embora tenha obtido resultado militar positivo, pode ser considerada por demais Estados como violação ao direito internacional ou evidência de política externa arrogante (BERGER, 2012).

O poder dos EUA depende de legitimidade legal e moral. Se as decisões de conduzir *Covert Actions* são, portanto, legalmente inquestionáveis pela legislação norte-americano, não o são, obrigatoriamente, no exterior. Essa incoerência pode ameaçar a legitimidade e, por conseguinte, a autoridade moral de futuras ações dos EUA (BERGER, 2012).

Outro aspecto sobre conduzir a ação sob a tutela da ação encoberta, seria que, caso o alvo não fosse confirmado, provavelmente essa ação, se descoberta, jamais fosse imputada aos EUA, ainda que passasse despercebida aos olhos da comunidade internacional. Reitera-se essa postura, a propósito, diante da evidência de que grande parte dos recursos

---

<sup>95</sup> *Joint Publication (JP) 1-02 Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*, 2001.

<sup>96</sup> A sinergia entre agência de espionagem CIA e os militares permaneceu visível nos EUA, quando David Petraeus chefiou a CIA (2011-2012) e o ex-diretor da CIA, Leon Panetta, assumiu o DoD (2011-2013).

militares, aqueles envolvidos em forças de contingência, reserva, CSAR e de resposta a uma eventual escalada, permaneceram no território do Afeganistão.

O DIH é projetado para proteger as forças armadas quando estão envolvidas em TMA sob uma cadeia de comando militar. Espiões conduzindo atividades de inteligência ou militares envolvidos em ações encobertas sob autoridade executiva não contam com essas proteções. Sobre esse ponto de vista, o secretário de Defesa, Gates, reiterou em reunião do NSC que a opção de ataque por arma tática preservaria militares norte-americanos.

Nesse contexto, embora a condução da ação encoberta por militares norte-americanos implicasse na perda das proteções previstas pelo DICA, o planejamento norte-americano, ao consubstanciar e anunciar fortemente Osama como combatente, ancorou o entendimento de que ele seria um objetivo militar legítimo. Além disso, a escolha da LA teria respeitado o princípio da proporcionalidade.

#### 4.4.2 O discurso do Primeiro-Ministro do Paquistão

Em 9 de maio veio a público a resposta paquistanesa. Ela aconteceu por meio de um discurso proferido pelo primeiro-ministro do Paquistão, Yousaf Raza Gilani, que está transcrito, na íntegra, no Anexo C, por meio do qual, declarou que o Paquistão não é o berço da Al Qaeda e que a eliminação de Osama bin Laden, que havia lançado ataques terroristas contra paquistaneses inocentes, é de fato justiça feita. Os paquistaneses não eram, no entanto, tão ingênuos para declarar vitória, confirmar missão cumprida e seguir adiante. O primeiro-ministro classificou o ataque como contraproducente e violação da soberania do Paquistão. Gilani ressaltou o *ethos* nacional paquistanês e a gloriosa religião Islã que refletem valores sociais, culturais e tradições, que também são universais: liberdade, dignidade, igualdade, tolerância, humanidade, harmonia e fraternidade.



#### 4.4.3 Centro de Gravidade

Da mesma forma que se fomentou discussão sobre o CG, inferiu-se a necessidade de ampliá-lo. Da expressão militar, historicamente newtoniana, para as demais expressões do poder. Depreende-se, assim, a complexidade e a amplitude das ações da guerra irregular.

Corroborando a análise de Klug (2012), descrita na seção 2.4, notadamente segundo Vego, se a ideologia é uma força crítica da Al-Qaeda, Osama, enquanto líder, seria configurado como um CG meramente tático. À medida que, no entanto, reuniu características de natureza ideológica, ele se tornou um CG de nível estratégico. Já em relação à abordagem de Galula (1964), também descrita na seção 2.4, a respeito da falsa esperança que seria oferecida pela eliminação de um líder insurgente, revelou-se parcialmente correta, pois se por um lado houve a substituição da liderança, por outro, contudo, diante de expectativas de que essa nova liderança seria fraca, a mudança não foi vantajosa.

De acordo com Klug (2012), se a Legitimidade é a principal força crítica do Estado que conduz o contraterrorismo, deve procurar proteger e melhorar sua legitimidade.

Segundo Berger (2012), os riscos associados à operação Lança de Netuno foram elevados. Os EUA expuseram sua legitimidade, no intuito de atacar um líder visionário que personificava a ideologia, a força crítica da Al-Qaeda.

A eliminação de Osama bin Laden materializou-se em grande golpe para a Al-Qaeda. Em 16 de junho de 2011, verificou-se que a suposição norte-americana sobre a sucessão do comando da Al-Qaeda estava correta. Zawahiri foi declarado o sucessor de bin Laden por fóruns *jihadistas* (CRAGIN, 2016). Observou-se, seis anos após a morte de bin Laden, no entanto, que a Al-Qaeda enfraqueceu<sup>97</sup>, e que a avaliação de que Zawahiri não disporia de

---

<sup>97</sup> *Six years since bin Laden's death, al Qaeda weakened - but not finished. Deutsche Welle (DW)*. Disponível em:

habilidades de liderança e credenciais de Osama bin Laden também estavam corretas.

#### 4.4.4 Internacionalização da segurança

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, a estratégia dos EUA enfatizou a redução de riscos de ataques significativos em território norte-americano. Para isso, além de fortalecer medidas internas de segurança, essa estratégia caracterizou-se pelo aumento na utilização de forças de operações especiais e de ativos de inteligência dos EUA no exterior (CRAGIN, 2016).

Observa-se, nesse contexto, que os EUA cumpriram a PL 107-40, apresentada em 2.1.2. Com a utilização de recursos militares na ação, o presidente condescenderia à autorização recebida pela PL para prevenir atos futuros de terrorismo internacional contra os EUA. Um segundo ponto foi que, delegando a direção da operação à CIA, uma agência que tem o exterior como seu objetivo, estaria atuando de acordo com o título 50 do USC. Os EUA também seguiram a recomendação da Comissão do 11 de setembro, expressa no grupo “como fazer”, devidamente citada em 2.1.3, que sugeriu a adoção de uma estratégia global contraterrorismo.

Diante da evidência de que os ataques terroristas da Al-Qaeda se tornaram internacionais, a resposta dos EUA, da mesma forma, se internacionalizou. Trata-se, assim, de fenômeno tratado por Buzan (1998), na seção 2.2.

Se por um lado os EUA buscaram a observância de leis domésticas e reivindicaram a legalidade da ação, por outro, o artigo 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos

Tratados dispõe que uma parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o dano respectivo. Deduz-se, assim, ter ocorrido, de fato, violação na soberania do Paquistão.

Considerou-se, nesse contexto, a vantagem obtida pela opção de se desvincular de uma obrigação internacional, por aquela ser maior que as possíveis consequências negativas. O descumprimento do DI, então, é uma prerrogativa em nível político. O Presidente Barak Obama, portanto, em cumprimento ao discurso proferido em 2008, autorizou a ação, priorizando, essencialmente o direito interno norte-americano.

Em síntese, este capítulo dedicou-se a responder à indagação do “como”, além de abordar as respostas sobre o “quem?” e o “onde?”. Objetiva-se, pois, proporcionar o entendimento do caso alicerçado em objetivos políticos declarados, na busca realizada pela CIA, na organização da estratégia de comando, no confronto das LA e no gerenciamento de risco. Pretende-se, assim, compreender como esses processos influenciaram, notadamente na destinação de recursos militares e na condução da ação, com a devida correlação do progresso da operação com o referencial legal, doutrinário e teórico descrito no segundo capítulo.

Realiza-se, pois, no próximo capítulo, análise conclusiva com respostas aos questionamentos apresentados na introdução, a fim de consagrar o propósito deste estudo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo de caso fundamentou-se em pesquisas bibliográficas e documentais para alcançar o objetivo respectivo. Empregou, além disso, técnicas de pesquisa exploratória, orientada pela ferramenta 5W1H, que, por sua vez, conduziu o processo de coleta de informações a elementos essenciais. A pesquisa respondeu às questões principais relacionadas ao “O quê?” e “Como?”, e abordou também, como objetivo secundário, elucidações referentes aos questionamentos “Quem?”, “Onde?” e “Quando?” e, por fim, tangenciou o “por quê?”.

O segundo capítulo, nesse sentido, apresentou a base teórica que permitiu, no quarto capítulo, definir, no “caso do quê”, de que maneira se caracterizou o objeto estudado. Ele pode ser enunciado como um tipo de campanha que lançou mão do uso da força, seguindo uma estratégia global de contraterrorismo, em oposição direta a um CG estratégico. Aplicou, ainda, cadeia de comando peculiar que abrigou a operação sobre o título 50 do USC e empregou recursos combinados, que incluiu coleta e análise de inteligência, aplicação da lei e o uso de recursos militares dos EUA, principalmente forças de operações especiais e poder aéreo dos EUA.

O terceiro capítulo, por sua vez, se propôs a identificar fatores contribuintes que suscitaram a operação, abordando, limitadamente e sem relação determinística de causa e efeito, a questão do “por quê?” O quarto capítulo, a propósito, propiciou o entendimento da questão do “como?” e respondeu às perguntas adicionais sobre “quem?” e “onde?”.

As questões que orientaram o desenvolvimento desses capítulos, entre elas, qual a origem da Al-Qaeda? Qual a sua relação com Osama bin Laden? O que suscitou a Operação Lança de Netuno? Como aconteceu o planejamento dessa operação? O que levou os EUA a

conduzir uma operação fora do seu território? Quais elementos jurídicos estariam presentes para embasar a Operação? Quem comandou e conduziu a operação? Foi uma *Covert Actions* ou uma TMA? Osama bin Laden poderia ser considerado um objetivo militar legítimo? A ação trouxe vantagem militar? Osama era um centro de gravidade da Al- Qaeda? E, por fim, se foi uma ação *targeted killing*? motivaram as seguintes respostas.

A Al-Qaeda organizou-se com base em terreno fértil fomentado pela guerra Afegã-Soviética, e, em razão de mudanças no cenário geopolítico na década de 1990, tornou-se organização inimiga dos EUA. A década de 2000 registrou aumento de ataques terroristas contra os EUA, culminando nos fatídicos ataques de 2011. Os EUA, em resposta, adotam o conceito de “Guerra global ao terror”. A década de 2010 consagra o desenvolvimento do direito interno norte-americano e uma estratégia global que contribuiu para a operação.

O presidente norte-americano, por sua vez, venceu as eleições de 2008 com o compromisso de encontrar Osama Bin Laden. Logo depois de assumir a presidência designou essa missão à CIA, que encontrou fortes indícios de bin Laden estar escondido no Paquistão. Sob a égide do título 50, a operação foi uma ação encoberta que utilizou recursos militares contra Osama.

Bin Laden foi considerado pelos EUA um combatente e sua morte, um *targeted killing* conduzido por SOF, gerou vantagem militar ao enfraquecer a Al-Qaeda, podendo, assim, ser considerado objetivo militar legítimo. Além disso, de acordo com a interpretação de Vego, Osama bin Laden era considerado um CG estratégico. A postura dos EUA foi de, não apenas, realizar uma ação direta contra esse CG, e assim afetar a ideologia, força crítica da Al-Qaeda, mas também de justificar a ação com base no direito interno, apesar de não se tratar de um TMA e atender a diversos aspectos do DICA. A postura dos EUA de reivindicar legalidade de suas ações e da intensa campanha de propaganda que sucedeu a operação, buscou proteger

sua força crítica, a legitimidade.

A pesquisa indicou a importância de possuir e manter a capacidade de emprego de helicópteros e equipes de operações especiais que, frente às opções de LA com uso intenso de ARP, constituíram-se na mais aceitável e com menor dano colateral. Assim, sugere-se que a Marinha do Brasil, face aos debates sobre conflitos contemporâneos que tendem a evidenciar os efeitos das ARP, mantenha o elevado nível de aprestamento de seus meios aeronavais e equipes de OPESP.

Pode-se afirmar que o propósito da pesquisa foi atingido, pois as principais questões propostas puderam ser respondidas. Reitera-se, por fim, que a pesquisa exploratória constitui, quase sempre, etapa prévia indispensável para que se possa obter os resultados científicos de uma pesquisa explicativa que, por sua vez, conceitualmente, é o método pelo qual se obtém a resposta do “por quê” não atendida por neste estudo de caso.

## REFERÊNCIAS

AGRAWAL, Nina. There's more than the CIA and FBI: the 17 agencies that make up the U.S. intelligence community. **Los Angeles Times**, Jan. 2017. Disponível em: <https://www.latimes.com/nation/la-na-17-intelligence-agencies-20170112-story.html>. Acesso em: 5 mar. 2022.

BERGEN, Peter L. **Manhunt**: the ten-year search for Bin Laden from 9/11 to Abbottabad. New York: Crown Publishers, 2012. 215 p.

BERGER, Joseph B. III. Covert action: title 10, title 50, and the chain of command. **JFQ**, [S. l.], v. 67, 4<sup>th</sup> quarter, 2012. Disponível em: [https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/jfq/jfq-67/JFQ-67\\_32-39\\_Berger.pdf](https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/jfq/jfq-67/JFQ-67_32-39_Berger.pdf). Acesso em: 10 maio 2022.

BRENNAN, John. **Undaunted**: my fight against America's enemies, at home and abroad. New York: Celadon Books, 2020.

BLANK, Laurie. Finding the paradigm: investigating Bin Laden's demise. **Jurist**, Pittsburgh, 8 May 2011. Disponível em: <https://www.jurist.org/commentary/2011/05/laurie-blank-finding-the-paradigm/>. Acesso em: 5 jul. 2022.

BLOWER, André M. **Seleção de alvos**: Ian Henderson e a Guerra de drones no Paquistão. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Navais) - Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2016.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security**: a new framework for analysis. Colorado: Lynne Rienner Publishers Inc, 1998.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On war**. Tradução de Michael Eliot Howard e Peter Paret. Princeton, Princeton University Press, 1989, 752 p.

THE CONDUCT of hostilities and international humanitarian law: challenges of 21 st century warfare. **International Law Studies**, [S. l.], v. 93, p. 321-388, 2017.

CRAGIN, R. Kim. **Countering terrorism in charting a course**: strategic choices for a new administration. National Defense University Press Washington, D.C., 2016.

ESPOSITO, John L. **Unholy war**: terror in the name of conductm. New York: Oxford University Press, 2002. p. 22.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Department of Defense. **Joint Publication 3-13**: joint doctrine for information operations. Washington, DC., 2012.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Congress (108th: 2004). **Intelligence reform and terrorism prevention act of 2004**: public law 108-458, Dec. 17, 2004. [Whashington, DC: U. S. G. P. O, 2004]. 236 p. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/PLAW-108publ458/pdf/PLAW-108publ458.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2022.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). The Code of Laws of the United States of America. (U.S. code: 1956 ed.). Title 10 – armed forces, 10 Aug. 1956. *In*: UNITED STATES CODE. 1956, Whashington, DC. **Proceedings** [...]. Whashington, DC: Government Publishing Office, 1956a. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/USCODE-2019-title10/pdf/USCODE-2019-title10.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). The Code of Laws of the United States of America. (U.S. code: 1956 ed.). Title 50 - war and national defense. *In*: UNITED STATES CODE. 1956, Whashington, DC. **Proceedings** [...]. Whashington, DC: Government Publishing Office, 1956b. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/USCODE-2009-title50/pdf/USCODE-2009-title50-chap15.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). The Code of Laws of the United States of America. (U.S. code: 1947 ed.). Title 1 – general provisions, 30 July 1947. *In*: UNITED STATES CODE. 109 Congress, 2006, Whashington, DC. **Proceedings** [...]. Whashington, DC: Office of the Law of Revision Counsel, 2006. Disponível em: <https://uscode.house.gov/download/annualhistoricalarchives/pdf/2006/2006usc01.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). The Code of Laws of the United States of America. (U.S. code: 1947 ed.). Title 1 – general provisions, 30 July 1947. *In*: UNITED STATES CODE. 115 Congress. 2 nd session, 2018, Whashington, DC. **Proceedings** [...]. Whashington, DC: Office of the Law of Revision Counsel, 2018. Disponível em: <https://uscode.house.gov/download/annualhistoricalarchives/pdf/2018/2018usc01.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

FINKELSTEIN, Claire *et al.* **Targeted killings**: law and morality in an asymmetrical world. Oxford University Press, 2012.



FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual de normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 255 p.

GALULA, David. **Counterinsurgency warfare: theory and practice**. New York and London: Frederick A. Praeger, Inc., 1964. 118 p.

GIL, Antonio. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

Gilani, Yousaf Raza. FULL Text: Pak PM Gilani's address in parliament on Osama raid. **NDTV**, May 2011. Disponível em: <https://www.ndtv.com/world-news/full-text-pak-pm-gilanis-address-in-parliament-on-osama-raid-455332>. Acesso em: 23 mar. 2022.

GOVERN, Kevin H. Operation neptune spear: was killing bin Laden a legitimate military objective? *In*: FINKELSTEIN, Claire *et al.* **Targeted killings: law and morality in an asymmetrical world**. Oxford University Press, 2012. p. 347-373.

HENDERSON, IAN. **The contemporary law of targeting: military objectives, proportionality and precautions in attack under additional protocol I**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2009. 289 p.

HIMES, Kenneth R. **Drones and the ethics of targeted killing**. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2016. 212 p.

JOINT Direct Attack Munition (JDAM). **Global Security**, 17 June 2017. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/systems/munitions/jdam.htm>. Acesso em: 19 jul. 2022.

JONES, Seth G. **In the graveyard of empires: America's war in Afghanistan**. New York: Norton & Company, 2009. 414 p.

KILCULLEN, D. **Counterinsurgency**. Oxford, EUA: Oxford University Press, 2010.

KLUG, Jonathan. Behind the mosaic: insurgent centers of gravity and Counterinsurgency. *In*: PEREZ JR, Celestino. **Addressing the fog of COG: perspectives on the center of gravity in US military doctrine**. Fort Leavenworth, Kansas: Combat Studies Institute Press, 2012. p. 1 – 32 p. Disponível em: [www.armyupress.army.mil/Portals/7/combats-studies-institute/csi-](http://www.armyupress.army.mil/Portals/7/combats-studies-institute/csi-)

books/COG.pdf. Acesso em: 13 maio 2022.

MINGST, Karen A. **Princípios de relações internacionais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

OWEN, Mark; MAURER, Kevin. **No easy day**. New York: Dutton, Penguin Group, 2012. 574 p.

PANZERI, Peter. **Killing Bin Laden: operation neptune spear** 2011. Oxford: Osprey Publishing, 2014. 82 p.

PETRAEUS, David. **The US Army/Marines Corps Counterinsurgency Field Manual**. Chicago: University of Chicago Press, 2007. 472 p.

PHILLIPS, Macon. Osama Bin Laden Dead. **The White House**, May 2011. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2011/05/02/osama-bin-laden-dead>. Acesso em: 5 maio 2022.

PINTO, José Carlos. **Direito internacional humanitário**. Rio de Janeiro: EGN, 2022. Notas de Aula em PowerPoint.

ROSTOW, Nicholas. The laws of war and the killing of suspected terrorists: false starts, rabbit holes, and dead ends. **Rutgers Law Review**, v. 63, n. 4, p. 1215-1233, 2011. Disponível em: [http://rutgerslawreview.com/wp-content/uploads/archive/vol63/Issue4/Rostow\\_Article\\_PDF.pdf](http://rutgerslawreview.com/wp-content/uploads/archive/vol63/Issue4/Rostow_Article_PDF.pdf). Acesso em: 12 maio 2022.

ROSTOW, Nicholas. Targeted killing of terrorists. **JFQ**, [S. l.], v. 74, 3rd Quarter 2014. Disponível em: [https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/jfq/jfq-74/jfq-74\\_98-101\\_Rostow.pdf](https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/jfq/jfq-74/jfq-74_98-101_Rostow.pdf). Acesso em: 12 maio 2022.

SLOAN, Michael. Aristotle's Nicomachean Ethics as the original locus for the Septem circumstantiae. *Classical Philology*, 2010. 105 p. 236-251 p.

SOUZA FILHO, Luiz Carlos Aguirre de. **Targeted killing: o uso de VANT no contraterrorismo à luz da Teoria da Guerra Justa**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Navais) - Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2020.

STRANGE, Joe. **Centers of gravity & critical vulnerabilities: building on the Clausewitzian foundation so that we can all speak the same language**. 2. nd. Virgínia, USA: Marine Corps War College, 1996. 169 p. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA502026.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SWINARSKI, C. **Introdução ao direito internacional humanitário**. Brasília, DF: CICV, 1996. 73 p.

TRINQUIER, Roger *et al.* **Modern warfare: a french view of counterinsurgency**. New York: Praeger Security International, 2006. 120 p.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Department of Defense. **Joint Publication 1-02: dictionary of military and associated terms**. Washington, DC., 2001. p. 139.

VEGO, Milam. **Joint operational warfare: theory and practice**. Newport, RI. US Naval War College, 2007. VII.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009. 384 p.

WESTCOTT, Kathryn. Osama Bin Laden: Why Geronimo? **BBC News**, May 2011. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-13265069>. Acesso em: 5 maio 2022.

WHITCOMB, Darrel D. **Combat search and rescue in desert storm**. Alabama: Air University Press, Maxwell Air Force Base, 2006. 305 p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 222 p.

## ANEXO A

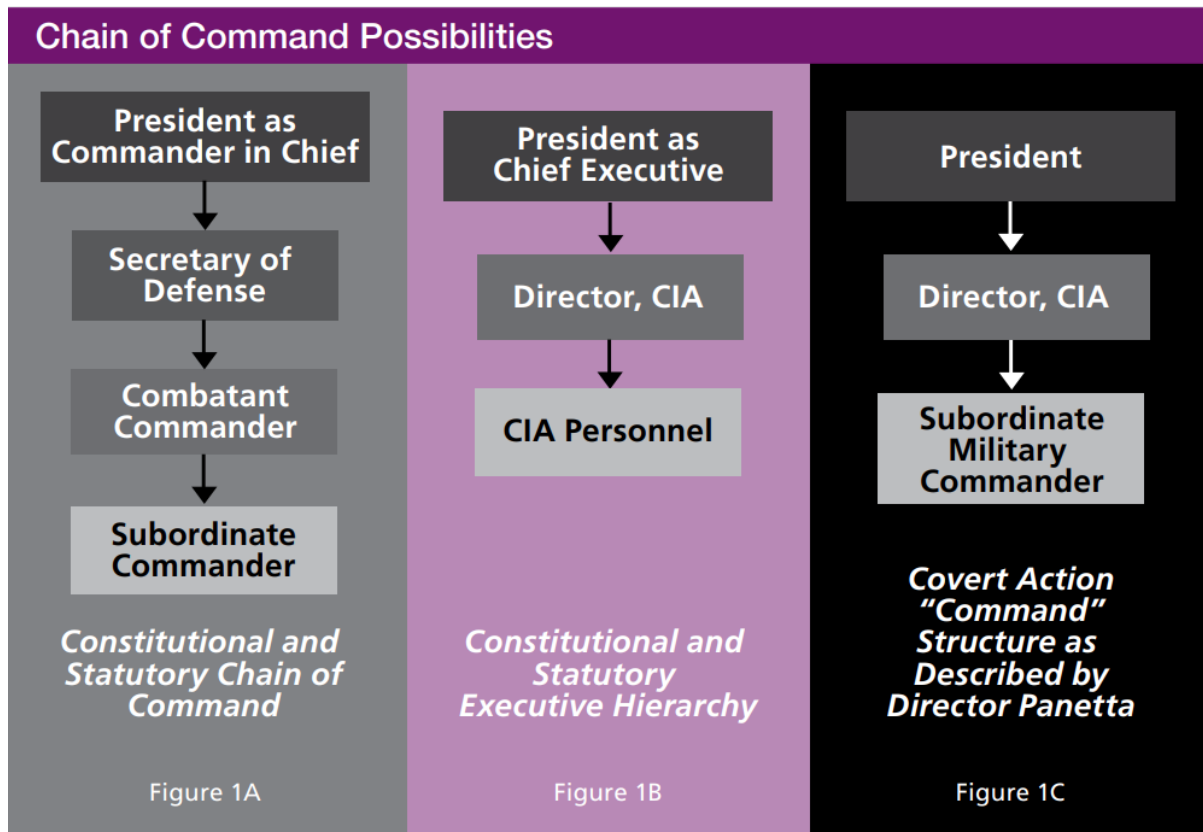


Figura 1 - Possibilidades da cadeia de comando

Fonte: BERGER, 2012.

Nota: Figura 1A - Presidente como Comandante em Chefe, Secretário de Defesa, Comandos Combatentes e Comandos Subordinados compõem a cadeia de comando constitucional e estatutária. Figura 1B - Presidente como Chefe Executivo, Diretor da CIA e Pessoal da CIA compõem a hierarquia executiva constitucional e estatutária. Figura 1C - Presidente, Diretor da CIA e Comandos militares Subordinados compõem a estrutura de comando de Ação Encoberta descrita pelo diretor Panetta (ROSTOW, 2014, tradução nossa).

## ANEXO B



Figura 2 - Atualizações da Operação Lança de Netuno sendo recebida na sala de situação  
Fonte: PHILLIPS, 2011.

Nota: O Presidente Barack Obama e o Vice-presidente Joe Biden, juntamente com membros da equipe de segurança nacional, recebem uma atualização sobre a missão contra Osama bin Laden na Sala de Situação da Casa Branca, 1º de maio de 2011. Sentados, a partir da esquerda, após o Presidente Obama, estão: o General de Brigada Marshall B. “Brad” Webb, assessor no Comando Conjunto de Operações Especiais; o Vice-conselheiro de segurança nacional Denis McDonough; a Secretária de Estado Hillary Clinton; e o Secretário de Defesa Robert Gates. De pé, da esquerda, estão: Almirante Mike Mullen, Chefe do Estado-Maior Conjunto; o conselheiro de segurança nacional Tom Donilon; o Chefe de Gabinete Bill Daley; o Conselheiro de Segurança Nacional do Vice-Presidente Tony Blinken; a Diretora de Contraterrorismo Audrey Tomason; o Assistente do Presidente para Segurança Interna e Contraterrorismo John Brennan; e o Diretor de Inteligência Nacional James Clapper. Observe: um documento classificado visto nesta fotografia foi obscurecido. (Foto oficial da Casa Branca por Pete Souza).

## ANEXO C

Discurso completo do primeiro-ministro do Paquistão, senhor Yousuf Raza Gilani sobre a operação que matou Osama bin Laden.

“Ilustre Presidente, Ilustres Membros da Câmara,

Do plenário deste parlamento, desejo levar confiança à nação perante a situação decorrente da operação de Abbottabad e da morte de Osama bin Laden.

No entanto, antes de o fazer, gostaria de lhes informar sobre a minha visita a França, que realizei no último dia 3 de Maio. Esta visita foi previamente agendada.

Fui convidado a visitar a França no ano passado, mas tive que adiar minha visita duas vezes devido a nuvens de cinzas vulcânicas e inundações em 2010.

Atualmente, a França é presidente do G-8, uma potência global influente e que ocupa posição de destaque na União Européia.

As relações Paquistão-França são próximas, amigáveis e cooperativas. Durante esta visita, foram assinadas duas importantes Declarações sobre economia e segurança. A visita também me proporcionou uma importante oportunidade para discutir com o presidente Sarkozy, e liderança francesa, a situação decorrente da operação que levou à morte de Osama bin Laden.

O presidente Sarkozy demonstrou total solidariedade com o Paquistão e agradeceu os grandes sacrifícios de nosso povo na guerra contra o terror.

Antes de partir para a França, tive amplas consultas com o presidente Zardari, o ministro de Estado das Relações Exteriores, o chefe do Estado-Maior do Exército, o diretor-geral do *Inter Services Intelligence*<sup>98</sup> (ISI) e outras partes interessadas importantes sobre questões relacionadas à segurança nacional do Paquistão.

A posição do governo sobre a operação de Abbottabad e a morte de Osama bin Laden, conforme enunciada nas declarações oficiais, foi baseada em um extenso processo de consulta interagências e interdepartamentais.

Senhor Presidente e Membros da Câmara,

Na era atual da explosão da informação, é importante separar os fatos da ficção. Muitas vezes é a realidade virtual ou midiática que obscurece o real. No entanto, a verdade não pode ser submersa por muito tempo na falsidade.

O fascínio pelo alto drama às vezes nos faz esquecer a sequência e o contexto de eventos em movimento rápido que são exibidos nas telas de televisão.

No entanto, todo desenvolvimento tem um contexto. Sua correta apreciação requer uma visão desapaixonada da história. É sabido que quem esquece a história está condenado a revivê-la.

Alguns dos discursos públicos recentes; narrativas e contra-narrativas, em *talk shows* e comentários públicos, perderam alguns pontos essenciais.

---

<sup>98</sup> Inteligência Interserviços (tradução nossa).

A reafirmação é necessária.

Somos uma nação orgulhosa. Nosso povo valoriza sua honra e dignidade. Nossa nação é resiliente. Nossa verdadeira força é nosso povo e nossas instituições do Estado.

Estamos todos unidos e totalmente comprometidos em não poupar sacrifícios para defender nossa dignidade e honra nacionais; para salvaguardar nossos interesses nacionais supremos por todos os meios e todos os recursos ao nosso comando.

Nenhum outro Estado enfrentou, com sucesso, tantos desafios. Nenhum outro povo foi submetido a tantos testes pela história e pelas circunstâncias da geografia e da geopolítica.

Nenhuma outra nação suportou o fardo coletivo da comunidade internacional.

Nossa nação enfrentou todos esses desafios com suprema confiança, que é sustentada por nossa firme crença nas nobres injunções de nossa gloriosa religião Islã, nossos valores sociais, nossa cultura e tradições.

Desde a nossa independência, o Paquistão defende nossos valores que também são universais: liberdade, dignidade, igualdade, tolerância, humanidade, harmonia e fraternidade.

A política externa do Paquistão sempre refletiu nosso ethos nacional que, sem dúvida, transcende considerações de interesses estreitos ou políticas de conveniência.

O Paquistão não é apenas um Estado, mas uma ideia e um ideal que nosso povo corajoso e talentoso se esforça, em suas vidas diárias, para traduzir em realidade.

Nossa política democrática e pluralista simbolizada por este parlamento, instituições do Estado, imprensa livre, discurso público aberto e intenso são, de fato, nossas grandes forças.

Nossos amigos podem a partir deste discurso sondar a profundidade de nossos sentimentos, as aspirações de nosso povo, o espírito autêntico que os guia e inspira a buscar a equidade, a justiça, a segurança, a paz, o progresso e a prosperidade.

Por mais de trinta anos, o Paquistão foi impactado pelo conflito e lutas no Afeganistão. Nessa luta nós, juntamente com o resto do mundo, decidimos defender o princípio da autodeterminação para a grande nação afegã.

Abrimos nossas casas e nossos corações para aqueles que fugiram do conflito no Afeganistão e também apoiaram a grande Jihad.

Eu falo de uma época passada. No entanto, talvez seja necessário lembrar a todos sobre aquela época que foi tão bem documentada, inclusive na série da CNN sobre a Guerra Fria, mostrando imagens de vídeo de funcionários de alto escalão dos EUA exortando os afegãos e mujahideen a travar a Jihad, a voltar para suas casas, para voltar às suas mesquitas, em nome do Islã e como um dever nacional. Para nós, tudo isso era real. Nós continuamos a sofrer com seus efeitos.

É necessário que recordemos à comunidade internacional a década de noventa que viu os voluntários árabes, que se juntaram à Jihad, se transformarem em Al Qaeda? Quem foi o responsável pelo nascimento da Al Qaeda? Quem foi o responsável por fazer o mito de Osama bin Laden?

Para encontrar respostas para a pergunta de hoje, é necessário revisitar o passado não tão distante. Coletivamente, devemos reconhecer os fatos e ver nossos rostos no espelho da história.

O Paquistão sozinho não pode ser responsabilizado por políticas falhas e erros de outros.

O Paquistão não é o berço da Al Qaeda. Não convidamos Osama bin Laden para o Paquistão ou mesmo para o Afeganistão. É justo perguntar quem foi Osama bin Laden e o que ele personificou?

Osama bin Laden era o terrorista mais procurado e o inimigo número um do mundo civilizado. A eliminação de Osama bin Laden, que lançou ondas após ondas de ataques terroristas contra paquistaneses inocentes, é de fato justiça feita.

No entanto, não somos tão ingênuos para declarar vitória; missão cumprida, e dar a volta por cima.

O mito e o legado de Osama bin Laden ainda precisam ser demolidos. A raiva e a frustração das pessoas comuns sobre a injustiça, a opressão e a tirania que ele procurou aproveitar para alimentar o fogo do terrorismo no mundo precisam ser abordadas. Caso contrário, essa raiva encontrará novas formas de expressão.

O Paquistão acredita na democracia e no pluralismo. Uma sociedade que luta pela igualdade e dignidade. Uma sociedade aberta e transparente é, sem dúvida, essencial para enfrentar a raiva e a ira decorrentes das injustiças políticas ou econômicas.

Quando dizemos que nesta guerra contra o terrorismo, o Paquistão perdeu cerca de 30.000 homens, mulheres e crianças e mais de 5.000 militares, bilhões de dólares perdidos como custos econômicos; não pretendemos colocar um preço ou buscar agradecimento ou reconhecimento de ninguém.

A guerra contra o terrorismo é nossa prioridade nacional. Nossa nação está unida em sua determinação de eliminar o terrorismo de nossa terra sagrada. O Paquistão não cederá nessa causa nacional e está determinado a não permitir que seu solo seja usado por ninguém para o terrorismo.

Este consenso nacional foi construído pela nossa democracia, por este Parlamento e por toda a liderança política deste país. Nossos cidadãos patriotas e instituições estatais estão todos unidos em sua determinação de levar esta campanha contra o terror até o fim lógico. Utilizaremos todos os meios e recursos e Insha Allah terá sucesso.

Ilustres Membros da Câmara,

Agora, permitam-me reconstituir brevemente a primeira década do novo milênio. Forças internacionais marcharam para o Afeganistão para dismantelar o regime talibã após o 11 de setembro. Na verdade, o Talibã já havia deixado Cabul e levado a Al Qaeda para seus esconderijos no Afeganistão. Os bombardeios de Tora Bora resultaram na dispersão da Al Qaeda.

Mesmo naquela época, havíamos alertado as forças internacionais sobre as consequências de uma campanha militar falha que poderia levar à dispersão da Al Qaeda. Líderes e soldados de infantaria da Al Qaeda procuraram esconderijos em todos os lugares, nas montanhas e no interior das cidades, incluindo o Paquistão.

Não convidamos a Al Qaeda para o Paquistão. De fato, pela primeira vez, nossas forças armadas foram mobilizadas no Vale Tirah para formar um cordão de segurança para interditar a Al Qaeda durante os atentados de Tora Bora.

Nessa operação, 248 membros da Al Qaeda foram capturados por nossas forças armadas. Posteriormente, o ISI do Paquistão executou a estratégia antiterror com alto grau de profissionalismo e magnífica determinação.

De fato, cerca de 40 dos principais agentes da Al Qaeda, incluindo o chefe de operações Faraj Al Libbi e Khalid Shaikh Mohammad, o planejador mestre do 11 de setembro,



foram capturados pelo ISI. As forças armadas do Paquistão também realizaram operações bem-sucedidas nos distritos de Swat, Malakand, Waziristão do Sul, Mohmand e Bajour contra terroristas e militantes.

Nenhum outro país do mundo e nenhuma outra agência de segurança fez tanto para interditar a Al Qaeda do que o ISI e nossas forças armadas.

Isso foi feito com o total apoio do Estado e de acordo com a vontade política articulada pelo Parlamento do Paquistão.

É insincero alguém culpar o Paquistão ou as instituições estatais do Paquistão, incluindo o ISI e as forças armadas, por estarem em conluio com a Al Qaeda. Foi a Al Qaeda e suas afiliadas que realizaram centenas de atentados suicidas em quase todas as cidades do Paquistão e também alvejaram líderes políticos, instituições estatais, o ISI e o quartel-general.

A pergunta óbvia que tem incomodado a todos é como Osama bin Laden pôde se esconder à vista de todos nos arredores cênicos de Abbottabad. Não nos apressemos para o julgamento.

Alegações de cumplicidade ou incompetência são absurdas. Rejeitamos enfaticamente tais acusações. Narrativas especulativas no domínio público são destinadas a criar desânimo. Não permitiremos que nossos detratores consigam descarregar suas próprias falhas e erros de omissão e comissão em um jogo de culpa que estigmatiza o Paquistão.

Esta questão do esconderijo precisa de uma resposta racional. A recriminação e a retórica equivocada são autodestrutivas.

Sim, houve uma falha de inteligência. Não é só nosso, mas de todas as agências de inteligência do mundo.

O chefe da Al Qaeda, juntamente com outros operadores da Al Qaeda, conseguiram iludir as agências de inteligência global por muito tempo. Ele estava constantemente sendo rastreado não apenas pelo ISI, mas também por outras agências de inteligência.

Foi o ISI que passou as principais pistas para a CIA que permitiu que a inteligência dos EUA usasse recursos tecnológicos superiores e se concentrasse na área em que Osama bin Laden acabou sendo encontrado. Tudo isso foi explicado nas declarações do Ministério das Relações Exteriores e do *Inter-Services Public Relations*<sup>99</sup>, bem como no briefing detalhado do Ministério das Relações Exteriores.

A guerra assimétrica é a ferramenta em voga contra as forças convencionais superiores. O terrorismo se enquadra nessa categoria. Osama bin Laden usou o terror por qualquer causa que defendesse. Esconder-se à vista de todos, como é evidente neste caso, talvez seja outra técnica que poderia ser atribuída a Osama bin Laden no domínio da inteligência assimétrica.

No entanto, estamos determinados a chegar a fundo de como, quando e por que a presença da bin Laden em Abbottabad. Uma investigação foi ordenada.

Nosso povo está, com razão, indignado com a questão da violação da soberania, conforme tipificado pelo ataque aéreo e terrestre secreto dos EUA ao esconderijo de Osama em Abbottabad.

Isso levantou questões sobre a capacidade de defesa do Paquistão e a segurança de nossos ativos estratégicos.

Como o episódio de Abbottabad ilustra, nossos militares responderam à incursão

---

<sup>99</sup> Relações Públicas Interserviços (tradução nossa).

secreta das Forças dos EUA. A Força Aérea recebeu ordens de *scramble*<sup>100</sup>. As unidades terrestres chegaram rapidamente ao local.

Nossa resposta demonstra que nossas Forças Armadas reagiram, como se esperava delas.

Abbottabad hospeda uma instituição de treinamento militar de rotina, que não requer nenhum arranjo de defesa especial elaborado. Não há como negar a capacidade tecnológica dos EUA de evadir nossos radares. Lamentamos que esta ação unilateral tenha sido realizada sem a nossa concordância.

O unilateralismo corre o risco inerente de consequências graves. Suponha que a operação tenha dado errado. Um helicóptero americano foi abandonado e destruído no local. Este é um pequeno, porém importante, lembrete dos riscos em tais operações.

Que ninguém tire conclusões erradas. Qualquer ataque contra os ativos estratégicos do Paquistão, seja aberto ou encoberto, encontrará uma resposta correspondente. O Paquistão reserva-se o direito de retaliar com força total. Ninguém deve subestimar a determinação e capacidade de nossa nação e forças armadas para defender nossa pátria sagrada.

É claro que há questões legais e morais que se relacionam com a questão da soberania. Em um sentido genérico, esta é uma questão que continua a incomodar a comunidade internacional como um todo. O Conselho de Segurança, ao exortar os Estados membros da ONU a unirem seus esforços contra o terrorismo, enfatizou repetidamente que isso deve ser feito de acordo com o direito internacional, os direitos humanos e o direito humanitário.

Os drones são distribuídos como instrumento de combate ao terror. No entanto, como dissemos repetidamente, esses ataques constituem uma violação da soberania do Paquistão e são contraproducentes. Neste assunto, que diz respeito às questões operacionais, temos fortes divergências com os Estados Unidos da América.

Os mestres da mídia tendem a retratar uma falsa divisão entre as instituições estatais do Paquistão. Gostaria de rejeitar enfaticamente a noção de divisão.

A liderança política apoia o fortalecimento de todas as instituições do Paquistão. Seguimos uma abordagem integral de governo.

Em todas as questões-chave, todas as partes interessadas são consultadas por meio de processos interinstitucionais. As declarações emitidas pelo Ministério das Relações Exteriores e pelos Militares sobre a morte de Osama bin Laden foram autorizadas pelo Governo.

Permitam-me também afirmar a plena confiança do Governo no alto comando das Forças Armadas do Paquistão e na Inteligência Inter-Serviços. Com efeito, o ISI é um bem nacional e conta com o total apoio do Governo. Estamos orgulhosos de suas realizações consideráveis na campanha antiterror.

Agora deixe-me colocar a situação atual em sua perspectiva adequada. Nossa maior prioridade é o desenvolvimento. Isso requer segurança e estabilidade em casa e na região. A perseguição deste objetivo é o espírito orientador do nosso compromisso com a comunidade internacional e, em particular, com as grandes potências, bem como com os estados regionais.

---

<sup>100</sup> Não há tradição literal para o termo, que pode ser definido como o ato de mobilizar rapidamente aeronaves militares, geralmente para interceptar aeronaves hostis. Jargão originário da Segunda Guerra Mundial para designar a situação de alerta e a corrida dos pilotos para os caças para rápida decolagem.

Devo dizer que esse esforço encontrou ressonância e estamos no caminho certo para dar forma tangível a essa visão. Percebemos que o mundo e, em particular, a região asiática está passando por uma transformação fundamental e rápida.

Estamos muito satisfeitos que nosso amigo de todos os tempos, a República Popular da China, tenha feito grandes avanços no desenvolvimento econômico e tecnológico que são uma fonte de inspiração e fortalecimento para o povo do Paquistão.

Apreensões estão sendo expressas sobre nossas relações com os Estados Unidos da América. Deixe-me dissipar qualquer ansiedade a esse respeito. O Paquistão atribui grande importância às suas relações com os EUA. Temos uma parceria estratégica que acreditamos servir aos nossos interesses mútuos. Baseia-se no respeito mútuo e na confiança mútua.

Paquistão e EUA têm convergência estratégica. A dissonância que encontra exagero na mídia é sobre questões operacionais e táticas. Não é incomum ter um ponto de vista diferente sobre a metodologia para alcançar objetivos compartilhados.

Concordamos, no entanto, que sempre que nos encontramos em caminhos "conflitantes" e discordamos, devemos nos esforçar para chegar a um entendimento comum por meio de uma troca de pontos de vista mais profunda e intensa.

Nossas comunicações nos níveis oficial e diplomático com os EUA, durante esta fase, têm sido boas, produtivas e diretas. Concordamos com um calendário de compromissos. Mais notavelmente o Afeganistão, o Paquistão e os EUA concordaram em formar um Grupo Central para promover e facilitar os esforços de reconciliação e paz no Afeganistão.

No dia 3 de maio, altos funcionários dos três países reuniram-se em Islamabad e mantiveram conversas úteis e produtivas. Outro Trilateral está previsto para um futuro próximo. No caminho bilateral, esperamos a visita da Secretária de Estado Clinton a Islamabad em um futuro próximo.

Como sabem, houve uma mudança radical nas nossas relações com o Afeganistão. O destino do Afeganistão e do Paquistão está interligado. Devemos assumir total propriedade e responsabilidade por realizar nossa visão compartilhada de estabilidade e prosperidade.

Com a Índia, iniciamos um importante processo de engajamento que deve render dividendos para nossos dois povos e para os povos do Sul da Ásia como um todo. Prosseguiremos nosso envolvimento com a Índia de maneira positiva e construtiva.

Gostaria de concluir ressaltando o seguinte:-

Primeiro: O Paquistão está confiante em seu futuro brilhante.

Dois: Nossa verdadeira força é nosso pessoal, que está determinado a superar todos os desafios.

Três: Temos um processo contínuo de engajamento com todas as grandes potências, incluindo os Estados Unidos da América.

Quatro: Nosso compromisso com os Estados de nossa região está sendo intensificado no interesse da estabilidade e prosperidade compartilhadas.

Cinco: O contra-terrorismo é uma prioridade nacional.

Seis: A Al Qaeda declarou guerra ao Paquistão. A eliminação de Osama bin Laden da cena atesta o sucesso da campanha antiterror.

Sete: A cooperação em inteligência é fundamental para a consecução dos objetivos do antiterrorismo.

Oito: Jogos de culpa não servem para nada.

Nove: Foi ordenada uma investigação sobre o assunto, que será conduzida pelo ajudante-geral do Exército do Paquistão, Tenente-General Javed Iqbal.

Dez: Nossas políticas de segurança são constantemente revisadas para aprimorar

as capacidades de defesa.

Onze: Não há diferenças entre as instituições do Estado.

Doze: A cooperação no combate ao terrorismo garante uma abordagem de parceria que acomode plenamente os interesses do Paquistão e o respeito pelas Linhas Vermelhas claramente estipuladas.

Treze: As relações do Paquistão com todos os Estados, especialmente os vizinhos imediatos e as principais potências, estão em boa forma.

Catorze: A salvaguarda e promoção do nosso interesse nacional é o único objetivo das políticas do Governo.

Quinze: O Parlamento é o fórum certo para discutir todas as questões nacionais importantes. A vontade do povo prevalecerá.

Foi convocada uma sessão conjunta do Parlamento. Ordenei às autoridades de serviços competentes nas forças armadas que transmitissem um briefing em câmara à sessão conjunta sobre o assunto. Aguardo com expectativa um debate produtivo nesta Assembleia.”

Fonte: FULL..., 2011.